

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Bianca Ribeiro Pontin**

**DISCURSOS E PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DOS SUJEITOS SURDOS  
ATRAVÉS DE PRÓTESES AUDITIVAS NAS POLÍTICAS DE GOVERNO DA  
ATUALIDADE**

Porto Alegre

2014

**Bianca Ribeiro Pontin**

**DISCURSOS E PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DOS SUJEITOS SURDOS  
ATRAVÉS DE PRÓTESES AUDITIVAS NAS POLÍTICAS DE GOVERNO DA  
ATUALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana da Silva Thoma

**Linha de Pesquisa:** Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre

2014

#### CIP - Catalogação na Publicação

Pontin, Bianca Ribeiro

DISCURSOS E PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DOS  
SUJEITOS SURDOS ATRAVÉS DE PRÓTESES AUDITIVAS NAS  
POLÍTICAS DE GOVERNO DA ATUALIDADE / Bianca Ribeiro  
Pontin. -- 2014.

73 f.

Orientadora: Adriana da Silva Thoma.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Discurso. 2. Normalização. 3. Sujeito Surdo. 4.  
Próteses Auditivas. I. Thoma, Adriana da Silva,  
orient. II. Título.

Bianca Ribeiro Pontin

**IMPLANTE COCLEAR: DISCURSOS E PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DOS  
SUJEITOS SURDOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 16 de abril de 2014.

---

Prof. Adriana da Silva Thoma – Orientadora

---

Prof. Lodenir Becker Karnopp –UFRGS

---

Prof. Maura Corcini Lopes – UNISINOS

---

Prof. Patrícia Luiza Ferreira Rezende – INES

## EPÍGRAFE

*O meu mundo não é como o dos outros, quero demais, exijo demais; há em mim uma sede de infinito, uma angústia constante que eu nem mesma compreendo, pois estou longe de ser uma pessoa; sou antes uma exaltada, com uma alma intensa, violenta, atormentada, uma alma que não se sente bem onde está, que tem saudade... sei lá de quê!*

Florbela Espanca

## RESUMO

O trabalho apresenta uma análise dos discursos e processos de normalização dos sujeitos surdos, tendo como pergunta central: *Quais discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas estão presentes nas políticas de governo da atualidade e como esses discursos produzem processos de normalização do sujeito surdo?* Para isso, analiso os seguintes materiais: 1) Manual de perguntas e respostas sobre o sistema de IC, 2) Nota técnica nº 28/2013 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação - SECADI/MEC; 3) Documento orientador do projeto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva e 4) Relatório nº 58 da CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS pelo Ministério da Saúde. Nesses materiais, busco identificar os discursos sobre a surdez, os surdos e as próteses auditivas que estão presentes nas políticas de governo da atualidade e como esses discursos produzem processos de normalização disciplinar e biopolítica dos sujeitos surdos. Os conceitos-ferramentas que utilizo para desenvolver as análises são discurso e normalização desenvolvidos por Michel Foucault. Quanto aos procedimentos metodológicos, seleciono excertos dos materiais analisados e faço agrupamento temáticos a partir de recorrências de enunciados, que formulei como perguntas: 1) Cumprindo legalmente? 2) Liberdade de escolha? e 3) Possibilidades de sucesso, para quem?. Através desses agrupamentos, mostro como os discursos neles encontrados constituem sujeitos novos, ou seja, sujeitos implantados, que não são nem surdos nem ouvintes, que vivem em uma situação híbrida, de fronteira, com identidades que escapam dos polos binários de classificação habituais a partir dos quais fomos acostumados a pensar a educação de surdos até o presente. Entendendo que os discursos produzem práticas, busco mostrar como esses materiais contribuem para a condução e normalização dos sujeitos surdos na contemporaneidade. No final, convido os leitores a refletirem sobre os discursos sobre a criança implantada que entram na escola comum e nela passam a circular como verdades, produzindo novos jeitos de ser e viver a condição da surdez, novas identidades de crianças surdas implantadas.

**Palavras-chave:** Discurso, Normalização, Sujeito Surdo, Próteses Auditivas

## ABSTRACT

This dissertation presents an analysis of the discourses and processes of normalization of deaf subjects, with the central question: Which discourses about deafness, deaf people and hearing aids (prosthetics) are currently present on government policies today and how does these discourses produce processes of normalization of the deaf subject? In order to answer the question, I analyze the following materials: 1) Manual of questions and answers about CI system, 2) Technical note n°28/2013 of the Department of Continued Education, Literacy, Diversity and Inclusion / Ministry of Education - SECADI/MEC; 3) Guiding document about the project: Using the FM System in the Schooling of Students with Hearing Impairment and 4) Relatory n° 58 of CONITEC - National Commission of Incorporation of Technologies in SUS by de Ministry of Health. In these materials, I try to identify the discourses about deafness, deaf people and hearing aids that are present in the government policies nowadays and how these discourses produce processes of biopolitical and disciplinary normalization of deaf subjects. The concept-tools that I use to develop the analysis are discourse and normalization written by Michel Foucault. About the methodological procedures, I take some text fragments from the studied materials and group them up, sorting by recurrences, formulated as questions: 1) it is according to the law? 2) Liberty to choose? 3) Possibility of success, to whom? Through these groupings, I show how the discourses found in these fragments creates new subjects, which means, implanted subjects, there are not deaf nor hearing, they live in a hybrid situation, a frontier, with identities that surpass the binary poles of classifications we are used to think about in the deaf education so far. I understand that the discourses produce practical actions, I seek to show how these material contribute to the conduction and normalization of deaf subjects nowadays, developing new identities as the result of disciplinary and biopolitical investments. At the end, I invite the readers to reflect about the discourses about implanted children that joins the common school and pass by it living their truth, producing new ways of being and living the deafness, new identities of implanted deaf children

**Keywords:** Discourse, Normalization, Deaf subject, hearing aids.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA</b> .....	12
2.1 Minha Experiência como Sujeito Surdo.....	12
2.2 Uma Pesquisadora Surda em Formação.....	16
2.3 Outras Pesquisas Sobre IC, o Problema e Objetivos da Pesquisa.....	20
<b>3 DISCURSOS, PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADES</b> .....	24
3.1 Normalização Disciplinar e Normalização Biopolítica Através das Próteses Auditivas para os Sujeitos Surdos .....	32
<b>4 DISCURSOS SOBRE SURDEZ, SURDOS E PROTESES AUDITIVAS NAS POLITICAS DE GOVERNO DA ATUALIDADE E OS PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO SURDO</b> .....	41
4.1 Cumprindo Legalmente? .....	42
4.2 Liberdade de Escolha? .....	48
4.3 Possibilidades de Sucesso, para Quem?.....	59
<b>5 CONCLUSÃO AO CONTRÁRIO</b> .....	67
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	71

## 1 INTRODUÇÃO

O Implante Coclear – IC, conhecido como ouvido biônico, tem sido colocado pela área médica como uma tecnologia para os surdos, que pode “curar” a deficiência, fazer ouvir, incluir os surdos.

Gosto de dizer que “todos os surdos são deficientes auditivos, mas nem todos os deficientes auditivos são surdos”. Ser surdo é diferente de ser deficiente auditivo. Para os surdos, numa perspectiva antropológica, a surdez significa uma questão identidade, construída pela possibilidade de pertencimento a uma comunidade linguística e cultural minoritária e, nesse caso, o surdo sente orgulho de ser surdo, orgulho de sua diferença. Na perspectiva clínica, ele é uma pessoa com deficiência auditiva, visto pela lógica da falta. Em outras palavras, para ser surdo é preciso ter perda auditiva, no entanto, em uma perspectiva cultural, esse aspecto não é o mais importante para a caracterização desse sujeito.

Viver a condição da surdez pode ser uma escolha, mas é antes uma questão de constituição que ocorre pela produção discursiva. Se os surdos não tivessem contato com os discursos da área médica e sim com seus semelhantes na comunidade surda, talvez pudessem viver de forma tranquila com a língua de sinais. Mas enfatizo que isso não pode ser generalizado, pois atualmente encontro fonoaudiólogos que favorecem o uso da língua de sinais. Para decidir como viver a condição da surdez é preciso ter opções e muitas crianças com diagnóstico de deficiência auditiva não podem escolher porque estão sob custódia de seus pais, que escolhem e fazem isso a partir dos discursos que, em geral, valorizam a audição e vêem na deficiência auditiva um problema, o que acaba fazendo com que busquem a “cura”.

A língua de sinais dos surdos teve suas condições de existência quando os surdos passaram a ser reunidos em Institutos no século XVIII. No século XIX, mais especificamente a partir de 1880, após o famoso Congresso de Milão<sup>1</sup>, essa língua foi proibida e apenas nos anos de 1960 ela passa a ser estudada e reconhecida como língua. Porém, mesmo com anos de proibição, os surdos mantiveram sua língua de sinais viva, utilizando-a e desenvolvendo-a em

---

<sup>1</sup> O Congresso de Milão, realizado entre os dias 06 e 11 de setembro de 1880, foi uma conferência internacional de educadores surdos. Neste evento, ficou declarada que a educação oralista era superior à educação por meio da língua gestual. Assim, ficou declarada a proibição do uso da língua gestual na educação dos surdos.

espaços de encontro entre surdos. Desde sempre, lutamos pelo reconhecimento da nossa diferença, por cidadania plena com ampla acessibilidade, pela educação bilíngue.

Atualmente, muitas inovações tecnológicas têm trazido benefícios para os surdos, como por exemplo, computadores com internet, comunicação instantânea virtual, legendas na TV, etc. Nesse contexto, o IC tem sido, do ponto de vista médico e político, um investimento para os surdos, mas para muitos militantes surdos, defensores da língua de sinais e da cultura surda, o IC é visto como uma forma de genocídio<sup>2</sup>.

Para tratar sobre deficiência auditiva e surdez, trago um pouco sobre minha história de vida, no capítulo 2, por pensar que, talvez depois de conhecê-la, possam entender os motivos que me levaram a escolha do tema “implante coclear” para investir em minhas pesquisas no campo da educação.

Na dissertação que aqui apresento, dou continuidade a pesquisa anterior realizada no curso de Pós-Graduação em *Estudos Culturais e os Currículos Contemporâneos na Educação Básica*, realizado na UFRGS, no período de março de 2012 a junho de 2013, onde analisei os discursos sobre surdos, surdez e o implante coclear em um manual que é distribuído para as famílias de crianças candidatas ao implante nos hospitais. Minha pergunta de pesquisa nesse trabalho foi: *Quais os discursos sobre surdez, surdos e Implante Coclear que estão presentes em materiais de informação para as famílias de crianças com deficiência auditiva candidatas ao implante coclear?*

A análise do referido manual de perguntas e respostas sobre implante coclear, disponível no endereço [www.cochlear.com](http://www.cochlear.com), me mostrou a recorrência de alguns discursos que foram organizados em grupos temáticos. Os agrupamentos temáticos organizados foram: 1) as vantagens de ouvir, 2) o sucesso apresentado em números e 3) a urgência: quantos antes melhor, além de um quarto agrupamento que denominei de “outras questões”. Esta análise me fez perceber que esses discursos produzem novos sujeitos e que esses “novos” sujeitos são resultados de processos de normalização disciplinar e de processos de normalização biopolíticos. Também me possibilitou entender como os pais estão sendo subjetivados, através do Manual, levando as crianças a realizar o implante.

Pensando sobre a constituição da identidade da criança surda implantada, busco conhecer e problematizar agora, na pesquisa de mestrado, os discursos sobre a surdez, os

---

<sup>2</sup> O termo genocídio foi relacionado por Gesser (2009, p. 71) ao comparar a resolução no Congresso de Milão de 1880 sobre a proibição do uso da Língua de Sinais pelos surdos com a atitude de Hitler em relação aos judeus. Extermínio do uso da Língua de Sinais como forma de eliminar a cultura surda.

surdos e as próteses auditivas que estão presentes nas políticas de governo<sup>3</sup> da atualidade, tendo como materiais de análise: 1) o Manual de perguntas e respostas sobre o sistema de implante coclear da empresa Cochlear em parceria com a empresa importadora Politec Saúde distribuídas pelo aos pais pelo hospital; 2) a Nota Técnica nº 28/2013 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação - SECADI/MEC que foi distribuída para as Secretarias da Educação dos Estados e Municípios do país sobre a utilização do Sistema de Frequência Modulada (FM); 3) o Documento Orientador do projeto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva elaborado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Universidade Federal de São Carlos - MEC/SECADI/UFSCAR e 4) o Relatório nº 58 da CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS pelo Ministério da Saúde.

Parto do entendimento de que tais documentos contribuem para a constituição da identidade de crianças surdas implantadas, assim como possibilita ver a condução dos sujeitos surdos em processos de normalização disciplinar e biopolítica.

A pesquisa situa-se no campo dos Estudos Culturais e dos Estudos Foucaultianos e para a discussão que pretendo desenvolver utilizo, como ferramenta teórico-metodológica, a noção de discurso como prática formulada por Foucault, articulando com outros conceitos como normalização disciplinar e normalização biopolítica. A articulação do pensamento de Michel Foucault ao campo dos Estudos Culturais, conforme Veiga Neto é possível na medida em que:

Os Estudos Culturais são, ao mesmo tempo, um campo de conhecimentos e militância. O mesmo acontece com Foucault: muito embora seja bastante comum buscar-se na perspectiva foucaultiana as ferramentas para tão somente descrever, analisar e entender determinadas práticas e configurações sociais, justamente ao fazer isso fica-se diante de possibilidades de se articular algum novo arranjo, diferente daquele que estava sobre escrutínio. (VEIGA-NETO, 2004, p. 48)

Mas devo perguntar: Com a proliferação de estratégias de normalização que se utilizam de recursos tecnológicos como os aparelhos auriculares e implantes cocleares, como fica o direito das crianças surdas aprenderem e se desenvolverem pela Libras (Língua Brasileira de Sinais), constituindo uma identidade surda como diferença linguística e cultural, quando as crianças surdas são implantadas? Reconhecida como forma de comunicação e expressão dos surdos, a Libras está na comunidade surda, onde nasci, cresci e vivo. A

---

<sup>3</sup> Por governo, entendo as práticas de governamento da população.

comunidade surda é a minha comunidade, onde uso minha língua com liberdade. Com a expansão dos sujeitos surdos com IC, me interessa entender como a criança surda implantada constitui sua identidade em meio às discussões médicas e às discussões culturais. Me interessa, ainda, debater sobre a questão da diferença, reconhecendo que os surdos têm múltiplas identidades.

Não defendo, ao longo da minha escrita, posições contrárias ou favoráveis ao implante, mas a partir dos campos dos Estudos Culturais em Educação e dos Estudos Foucaultianos, acredito ser importante problematizar os discursos presentes nos documentos citados anteriormente, compreendendo que os mesmos circulam na sociedade, nas escolas e desta forma constituem as identidades das crianças surdas implantadas.

Além de Foucault (2002), dialogo também com autores como Hall (1997; 2011), Silva (2000), Portocarrero (2002; 2004), Rezende (2012), Menezes (2011), Elert (2008), Lopes (2010) e outros para refletir sobre identidade, normalização disciplinar e a biopolítica como prática que desenvolve estratégias de regulação e controle dos sujeitos pelo Estado. Entendo a biopolítica, a partir de Michel Foucault como uma política que se volta para a vida da população, uma política que visa garantir a todos a possibilidade de viver mais, de participar mais. Nesse sentido, entendo o IC como uma estratégia que visa aproximar os surdos da condição ouvinte em processos de normalização dos sujeitos surdos.

No capítulo 4 apresento os discursos analisados, buscando mostrar como tais discursos conduzem os sujeitos em processos de normalização. Todo discurso é uma prática e ao mesmo tempo constitui, organiza, estabelece práticas. Discurso e prática nunca se dissociam na perspectiva foucaultiana. Discursos produzem, constituem, atribuem significado a partir de relações de poder e saber.

Encerro a dissertação no capítulo 5, retomando algumas questões que me levaram a fazer as análises e uma síntese delas. E como não é possível concluir definitivamente, deixo algumas reflexões e questionamentos como possibilidade de novas pesquisas.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA**

### **2.1 Minha Experiência como Sujeito Surdo**

A pesquisa tem com pano de fundo minha vivência como surda, filha única de pais surdos, frequentadores da comunidade surda, e usuária da Língua Brasileira de Sinais. Cresci sinalizando, porém estudei sempre em escola comum, sem intérprete. Estar imersa nessas duas línguas constituiu, para mim, possibilidades de conhecer elementos culturais e produzir significados de mundo. Portanto, posso dizer que me sinto bicultural, adquiri “fluentemente” as duas línguas, a Libras e a Língua Portuguesa. Também pude vivenciar e participar de espaços que me propiciaram conhecer artefatos da cultura ouvinte. Cabe lembrar que minha situação não pode ser generalizada, esta vivência bilíngue e bicultural não é tranquila para os surdos, como também não foi para mim.

Enfatizo que quando eu era criança, fui submetida a práticas de normalização para me tornar parecida com ouvinte. Para Foucault, normalizar tem o objetivo de “homogeneizar as multiplicidades, ao mesmo tempo em que individualiza, por permitir as distâncias entre os indivíduos, determinar níveis, fixar especialidades e tornar úteis as diferenças” (PORTOCARRERO, 2002, p. 122). Lembro-me que quem me levava para médicos era a minha avó, ouvinte, que obteve minha guarda, talvez por acreditar que minha mãe, por ser surda, não tivesse capacidade de me criar.

Em constantes visitas aos médicos, eu enxergava seus rostos, assim como o de familiares e desconhecidos, esperançosos e com sorrisos. Os médicos conversavam comigo, mas eu não entendia bem a razão de estar lá. Quando coloquei meu primeiro aparelho auditivo, eu tinha por volta de seis anos de idade, e me sentia estranha. Os sons eram muito altos, irritáveis, desconfortáveis, eu não quis de início, todos a minha volta diziam que eu deveria usar, mas eu não usava. Eu tinha resquícios auditivos e acompanhava parcialmente as leituras labiais, mas a língua de sinais era o que eu conseguia compreender com mais clareza.

Por ser usuária da língua de sinais desde que comecei a me comunicar, porém com restos auditivos que me permitiam fazer leitura labial e falar, ingressei na escola comum

municipal, mas pouco entendia o que os colegas e professores falavam. Um dos fatos marcantes da minha vida foi na pré-escola, em que eu tinha que dizer quais eram os nomes das figuras geométricas, mas eu dizia outras coisas que mais se aproximavam das figuras. Para o triângulo, por exemplo, eu dizia casa e para o círculo, eu dizia bola. Eu sentia no olhar da professora um lamento, uma tristeza por mim, que me incomodava, por isso resolvi que deveria aprender como a professora queria. Lembro que na primeira série passei a ter mais consciência do que estava sendo ensinado, do que a professora pedia oralmente, me esforçava, buscando estar atenta a cada movimento e ação da professora.

Neste período de escolarização, não havia uma política de escola inclusiva e sim de integração<sup>4</sup>, no sentido de que os surdos é que deveriam seguir a lógica pensada para a maioria, eram integrados os que podiam acompanhar as aulas oralmente, não havia intérpretes. Então, era eu que tinha que me adaptar, explicar para as professoras sobre a minha situação. Todo o meu processo de aprendizagem na primeira série foi por memorização, cheguei a ser elogiada em uma atividade de ditado por escrever as palavras corretamente. A minha professora Adriana e a minha avó acreditavam que eu estava ouvindo melhor e não era. Não sei explicar como isso aconteceu, mas eu lia e sabia quais letras iriam para uma determinada palavra. Percebia muitas coisas e não conseguia me expressar, mas me orgulhava de ser melhor que as outras crianças em algumas coisas.

As palavras que eu não conhecia, eu chegava em casa e perguntava o significado para a minha mãe, o que ela sabia ela me explicava em língua de sinais e assim eu conseguia compreender os conteúdos de sala de aula.

Tive vários problemas na escola, pouquíssimas pessoas ficavam ao meu lado para me ajudar a copiar o que a professora ditava em todas as matérias. Eu não entendia muito o que falavam, simplesmente copiava, respondia o que entendia, interagia dentro das minhas possibilidades de compreensão. E sempre aprendia e descobria alguma coisa ao chegar em casa, pois fazia associação entre a língua oral aprendida na escola e a língua de sinais aprendida em casa com a minha mãe.

Aos 12 anos, quando estava iniciando a 6ª série, fui transferida para uma escola particular. Foi um pouco difícil, pois a partir dali comecei a usar o aparelho auditivo porque

---

<sup>4</sup> “Integração escolar, tendo como a proposta encontrar um lugar para que as crianças que estavam fora da escola tivessem oportunidades de estudar na classe regular, quando possível, e na escola especial, se necessário fosse. Esse movimento pela integração escolar difere do atual movimento pela inclusão escolar, o qual trabalha com o imperativo de que todos devem estar em espaços comuns de aprendizagem escolar, cabendo à escola comum realizar as transformações necessárias para oferecer um ensino acessível e de qualidade aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, alunos considerados como público alvo da educação especial na atualidade.” (RECH, 2011, p. 24)

sentia que estava sofrendo uma perda auditiva significativa. É importante ressaltar que minha audição não era independente da experiência visual, eu dependia da leitura labial, das expressões faciais para compreender algumas falas.

Dois anos depois, com a mudança de turno, de turmas, me separaram das pessoas que me conheciam, aquelas que me entendiam e me ajudavam na comunicação. Sofria de bullying praticado pelos colegas na escola e; os professores, supervisores e orientadores ignoravam. Eu continuava sendo excluída dos trabalhos em grupo, sob alegação de que não havia lugar para mim.

Fui prejudicada em muitas disciplinas, como por exemplo, em História e Geografia. Eu tinha dúvidas quanto aos termos e quando perguntava aos professores, eles não sabiam responder, não sabiam como lidar comigo, ignoravam minhas perguntas ou me chamavam a atenção para estudar em casa. Mas o meu avanço na escola já havia superado a escolaridade da minha mãe, que já não podia mais me ajudar. A língua de sinais fez falta naquele momento para poder entender os conteúdos de aula.

No ensino médio, ao mudar de escola, achei que seria ainda pior. Um dia antes de começar as aulas, tive crises de choro, eu queria ir para a escola de surdos e minha família não permitiu, fui proibida. Ao chegar à nova escola, a Escola Estadual José Loureiro da Silva, no município de Esteio, embora fosse uma escola de ouvintes, senti um ambiente completamente diferente das escolas anteriores. Apaixonei-me pela escola e por todos que ali estavam. Foram três anos de gratidão, de aprendizado consciente, de bom aproveitamento na maioria das matérias, ótimos professores preocupados com o meu aprendizado e me orgulho de ter me formado nela. Uma das professoras, a Nórís, foi uma das minhas maiores incentivadoras, sempre me aconselhando a continuar os estudos, ir para a faculdade. Lamento não saber onde ela está hoje para dizer que estou no Mestrado.

Mesmo tendo a habilidade de me comunicar pela oralidade, de fazer uma leitura labial, ser usuária de aparelho auditivo não foi a minha cura. O aparelho é apenas um brinquedinho para escutar “alguma coisa”. Foi a minha vivência na comunidade surda, através de associações de surdos, com a língua de sinais, que fez com que hoje eu me identifique como surda com orgulho.

Mas as aprendizagens em minha caminhada não foram apenas na escola. Em meu primeiro emprego, numa empresa, tive colegas ouvintes que me ensinaram muito sobre ditados populares, metáforas, etc. Fiz o curso Técnico de Administração e nele desenvolvi um TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) que tratou sobre as relações de trabalho e de comunicação entre surdos e ouvintes.

Em 2006, realizei o vestibular para o curso de licenciatura da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em Letras/Libras, no pólo da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, na modalidade à distância, que foi onde, pela primeira vez, tive a experiência maravilhosa de ter colegas surdos.

Como ingressei no Letras/Libras? Foi o maior presente que ganhei! Eu estava trabalhando voluntariamente com surdos, fui visitar a Associação e muitos amigos me perguntavam se eu me inscreveria, mas eu não estava entendendo o que era aquele curso. Um amigo me perguntou se eu faria faculdade, respondi que sim, em Biologia, Letras ou Farmácia, mas que meu pai não podia pagar tudo sozinho. Meu amigo, então, me disse para me inscrever para o Letras/Libras e foi o que fiz.

Ao viajar em grupo para Santa Maria para fazer as provas do vestibular, me apavorei ao ver o pessoal lendo história surda e outros materiais. Tudo isso era desconhecido para mim porque eu estudei em escolas de ouvintes. Tive que ler tudo emprestado deles e para minha surpresa, acertei todas as questões!

Para me matricular tive de buscar meu histórico escolar e por curiosidade li o que estava escrito nele. Encontrei um boletim da pré-escola que dizia que eu tinha problema de linguagem. A minha vontade era de devolver o boletim para a professora que me olhava com pena e dizer que o verdadeiro problema era ela não saber a língua de sinais. O curso de Letras/Libras mudou a minha vida. Agora sei como explicar e argumentar, negociar, fazer outras pessoas entender minhas ideias e argumentos.

Passei a atuar como professora de Libras a partir do ano de 2009, para funcionários de um hospital de Porto Alegre, farmácia, empresas privadas, instituições mistas e universidades. Em 2011, fui contratada para ser tutora, no curso da segunda turma de Letras/Libras do RS, no pólo da Universidade Federal do RS – UFRGS. Nesta universidade, também fui aluna do curso de extensão do Programa de Educação Continuada – PEC, tendo cursado a disciplina “Currículo, Cultura e Poder” ministrada pela professora Adriana Thoma. Esta disciplina foi fundamental para desconstrução de algumas concepções que tinha e foi instigante, passei a entender mais sobre o currículo, pois percebi que ele tem seus engendramentos na sociedade, produzindo verdades e significados e, com isso, nossas identidades.

## 2.2 Uma Pesquisadora Surda em Formação

Desde os meus 16 anos de idade, sempre participei de diversos trabalhos voluntários nas comunidades surdas, como associações de surdos, localizadas em Porto Alegre e Esteio, Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS como parte da comissão do Departamento de Jovens Surdos e na Federação Desportiva dos Surdos do Rio Grande do Sul – FDSRS, como 2ª secretária. Também atuei como professora substituta de Libras no ano 2011 à 2012 na UFRGS. Porém, em 2012 tive que sair para me dedicar à vida acadêmica, quando iniciei minha pós-graduação, em nível de Especialização e Mestrado simultaneamente, na UFRGS.

Desde o meu ingresso no ensino superior, e agora na vida profissional e acadêmica na Universidade, participei de vários espaços de ensino-aprendizado, além da sala de aula. Dentre estes, saliento principalmente os eventos acadêmicos onde atuei como oficina, palestrante, membro de comissão organizadora e muitas vezes como participante apenas. Todas essas experiências foram mudando minha perspectiva e me incentivando ainda mais aos estudos. Esses espaços, ainda, colaboraram na constituição de minha singular forma de compreender e experienciar a surdez.

O que me traz até a presente pesquisa de mestrado é a continuidade da pesquisa feita no curso de especialização, intitulada *Discursos sobre a surdez, os surdos e o implante coclear: análise do manual de informações para os pais de crianças surdas candidatas ao implante*. Meu interesse em analisar os discursos sobre os surdos, a surdez e o implante coclear se deu porque apesar das lutas surdas pelo reconhecimento da língua de sinais e pela valorização da cultura surda, o implante coclear está em contínua expansão.

Sinto-me provocada pelos temas que estudo e gosto de discutir assuntos contemporâneos, nesse mundo em constantes transformações provocadas pelas novas tecnologias, pelo reconhecimento de novas identidades, pelas novas relações econômicas, entre outras. Relato agora alguns acontecimentos que me instigaram e motivaram a querer desenvolver (e continuar desenvolvendo) pesquisas sobre o tema “implante coclear”.

- 1) Ao final das aulas de Libras para funcionários do Grupo Hospitalar Conceição – GHC, localizada no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, em Porto Alegre/RS no ano 2009, fui questionada pelos alunos sobre o motivo de eu não tentar usar o IC. Então, expliquei a eles que surdos sentem-se completos com a

língua de sinais e que o IC não é um recurso indispensável. Diante disso, pensava em como fazer com que entendessem de forma “apropriada” sobre o surdo. Ou seja: como fazer com que saíssem da lógica “surdo é deficiente” para a visão sócio-antropológica, que vê o sujeito surdo como sujeito cultural?

- 2) Conheci uma equipe médica do hospital para a qual fui professora de Libras. Essa equipe, composta de fonoaudiólogos, acreditava na importância do desenvolvimento da linguagem dos surdos através da língua de sinais e eram transparentes quando o assunto é IC. Através deles fui informada de que em outro hospital a visão é diferente, a língua de sinais é menosprezada e o IC valorizado e colocado em todos os pacientes surdos que são aprovados nos testes. E isso me deixou interessada em pesquisar sobre o IC, pois nesses dois hospitais, que são do governo federal, atuam os mesmos tipos de profissionais e estes possuem discursos diferentes. Nota-se, com isso, que cada sujeito é constituído por vários discursos, mas que alguns discursos se colocam como mais verdadeiros e adquirem mais força nas relações de poder.

Parece visível que a divergência de opiniões não acaba e isso não é negativo, pois a movimentação faz parte da vida, nos faz ver que não há uma única verdade e eu desejo que, com a pesquisa, eu consiga mostrar os discursos contrastantes existentes. Estudar e problematizar sobre essa temática se constitui também num desafio, pois a cultura é um espaço de negociações, e conseqüentemente traz à tona as questões de discurso e poder.

Com a pesquisa feita no curso de Especialização, que mencionei antes, encontrei no manual de perguntas e respostas sobre o IC, informações de que o fabricante oferece um guia de orientação para os professores trabalharem com os alunos implantados na escola. Segue uma amostra do Manual do IC:

<p>Quais os profissionais fazem parte da equipe de implante Nucleus<sup>5</sup>?          Para as crianças, um fonoaudiólogo, o professor e seus pais são importantes membros da Equipe.          O apoio aos clientes, oferecido pela Cochlear<sup>6</sup> inclui:          Serviço de bibliografia/material educacional. Nossos funcionários poderão fornecer bibliografia e formação de apoio educacional a escolas, familiares e interessados.          Todas as crianças com implante coclear necessitam capacitação e reabilitação auditiva.          Um amplo programa educacional e de reabilitação melhorará o benefício da criança com implante Nucleus. O programa deverá estimular o interesse em escutar e falar e</p>
---

<sup>5</sup> Marca do produto.

<sup>6</sup> Empresa que vende o produto. Site: <www.cochlear.com>.

deverá integrar essas habilidades em todas as atividades diárias. Isto exige que terapeutas, professores e familiares trabalhem conjuntamente para incrementar as habilidades introduzidas durante a terapia. Com esse tipo de cooperação, a criança poderá ter um grande sucesso com o implante Nucleus. O programa terapêutico/escolar/educacional mais eficaz será aquele que focalize o desenvolvimento das habilidades auditivas do seu filho/a através do implante para a comunicação e o aprendizado verbal. (...) o programa educacional/escolar que você escolher deverá ter um membro da equipe de implante trabalhando nele e ajudando os professores e outros especialistas em reabilitação. (Manual IC, p. 26)

Como é possível perceber, a empresa oferece todo o suporte necessário através de materiais, bibliografias, formação. Mas ao ler este texto me faço as seguintes perguntas: Como o professor poderá se integrar como membro da equipe? Como e quais informações e/ou orientação o professor receberá? Também percebo neste e em outros excertos, discursos sobre a vantagem de usar o IC para ter uma vida satisfatória e de sucesso, inclusive a exigência do comprometimento dos médicos, terapeutas, pais e professores em trabalhar somente com habilidades auditivas.

Tais preocupações da empresa Cochlear parecem mostrar o que Foucault denomina de poder disciplinar, de capacitação e reabilitação auditiva, atendendo ao amplo programa educacional, pensando numa equipe constituída de professores, terapeutas e familiares trabalhando em conjunto, diariamente. Nesse programa, as criança são colocadas sob vigilância e controle permanente com o objetivo de que sua audição seja normalizada, corrigida.

Sobre poder disciplinar, dialogo com Foucault, que em seu livro *Em defesa da sociedade* (2002) mostra que existem técnicas de normalização do biopoder, que investem no corpo individual para que esse se insira em um corpo coletivo chamado população. Complementando com as palavras de Morgenstern (2011, p.133), poder disciplinar é um poder que tem investido no gerenciamento dos indivíduos e na regulação do corpo educacional.

O foco do programa terapêutico, educacional, escolar para as crianças que fazem a cirurgia do IC é trabalhar com habilidades auditivas, mas e o aprendizado do conteúdo escolar? E a linguagem? Não há uma abordagem sobre a língua de sinais, que é tão importante para o nosso desenvolvimento, essa fica banida desse processo. Talvez por acreditar que o uso de língua de sinais atrapalha, mas isso tem a ver com a questão da habilidade de cada um, pois tem surdos que ao usar a língua de sinais oralizam melhor.

Hoje em dia, a escola, nas políticas educacionais de inclusão para surdos seguem esta lógica de normalização. Existem materiais sobre como trabalhar com surdos e o Atendimento Educacional Especializado – AEE que propõem que a criança surda seja

atendida no turno inverso ao da sala comum para o ensino de Libras, posteriormente para o ensino em Libras e, na sequência, através do ensino de Língua Portuguesa como segunda língua. Em documentos que tratam sobre o AEE, encontramos que esse atendimento:

Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p. 10)

Percebo que as próteses auditivas, nesta perspectiva, são consideradas como recursos de acessibilidade, pois as crianças ao se matricularem são tidas ou nomeadas como deficientes auditivas e não como surdas com uma representação linguístico-cultural. Então, no AEE, os profissionais especializados para atender têm diferentes formações para trabalhar com alunos surdos, alguns com Libras, outros com tecnologia de informação e comunicação assistivas e há aqueles cuja formação tem relação com o cuidado das próteses auditivas, implante coclear, etc. Em 2013, o MEC em parceria com o Ministério da Saúde começaram a distribuir para algumas escolas o Sistema de FM (Frequência Modulada) como tecnologia assistiva complementar para alunos usuários de próteses auditivas. O Sistema de FM consiste em um microfone ligado a um transmissor de frequência modulada portátil usado pelo professor, que capta sua voz e transmite diretamente ao receptor de FM conectado ao AASI<sup>7</sup> e/ou IC do estudante, permitindo-o ouvir a fala do professor de forma mais clara, eliminando o efeito negativo do ruído e reverberação, típicos do ambiente escolar e suprimindo a distância entre o sinal de fala do professor e a criança. Mostro a seguir que o Sistema de FM pode ser compreendido como recurso de tecnologia assistiva.

A indicação de um recurso de acessibilidade acadêmica para estudantes com deficiência auditiva é o Kit de Sistema FM Pessoal, que possibilita a acessibilidade do aluno com deficiência auditiva aos diferentes ambientes educacionais (sala regular/ lei da inclusão e sala de recurso multifuncional no contra turno), e a possibilidade da criança e/ou jovem, em posse do sistema FM pessoal ter acesso a outras atividades, como palestras, cursos profissionalizantes e até mesmo na sua vida pessoal, no convívio social. (Rel MS<sup>8</sup>, p. 5)

Ou, ainda:

---

<sup>7</sup> Aparelhos de Amplificação Sonora Individual

<sup>8</sup> Relatório do Ministério da Saúde, conforme abreviação que uso e que consta na tabela dos materiais analisados (página 23 dessa dissertação).

O Kit Sistema FM Pessoal possibilita a acessibilidade da criança e/ou jovem com deficiência auditiva conforme instituído na Lei nº 5296 de 2/12/2004, no qual relata que para o deficiente auditivo, a tecnologia assistiva diz respeito às ajudas técnicas, ou seja, aos produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptada ou especialmente projetada para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Além disso, refere-se aos elementos que permitem compensar limitações funcionais sensoriais, com o objetivo de permitir a superação das barreiras comunicativas e de possibilitar sua plena inclusão social (Decreto Lei nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999). (Rel MS, p. 4)

Mas antes de seguir com as análises, volto a minha pesquisa e apresento, na seção seguinte, o problema e os objetivos da mesma.

### 2.3 Outras Pesquisas Sobre IC, o Problema e Objetivos da Pesquisa

Nessa seção, apresento um pouco das outras pesquisas realizadas sobre o IC que me deram possibilidades de pensar em outras problematizações, ocasionando a esta pesquisa e apresento a questão central e os objetivos da pesquisa.

Encontrei poucas pesquisas sobre o implante coclear e a que mais se aproxima dos meus interesses, por não ser somente pela perspectiva clínica, é o livro (resultado da Tese de Doutorado) de Patrícia Luiza Ferreira Rezende (2012) com o título de *Implante coclear: normalização e resistência surda*. Além dessa, também encontrei a dissertação de Hiltrud Elert (2008) com o título *Corpos em fronteiras identitárias: os implantes cocleares instituindo e ensinando “novas” maneiras de ser ouvinte*. Rezende aborda sobre discursos da medicina, da tecnologia, da normalização e Elert sobre discursos/narrativas que os sujeitos implantados fazem de si nas páginas de internet. Outra dissertação concluída em 2013 é a de Jaqueline Ahnert Siqueira da Silva que tem como título *A educação da criança surda com implante coclear: reflexões sobre a família, a clínica e a escola*. Nela, a autora mostra os discursos das pessoas envolvidas na vida do Tiago (o sujeito do estudo de caso) em casa, escola e clínica.

Não foi difícil pensar na problematização sobre o implante coclear que decidi fazer, mas sim definir a pergunta de pesquisa, pois o tema é contemporâneo e amplo, alcançando a sociedade, medicina, educação e outros. Estamos numa era de inovações tecnológicas, era da *ciborguização* do humano, era de busca por rápidas soluções para vários problemas. Sobre este tema, um questionamento levava a outro. Interessante costurar aqui com o que coloca Elert (2008), quando essa escreve que o conceito de *ciborgue* não

problematiza apenas o hibridismo de carne e metal, mas, também, as complexas questões fronteiriças sobre onde termina o humano e onde começa a tecnologia.

Sobre a construção da pergunta de pesquisa, Costa (2005), no artigo *Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos*, escreve que as questões que formularmos não devem ser focalizadas sobre *o que* e sim sobre *o como*. A autora ressalta que as perguntas que importam ser feitas hoje e que podemos formular em nossas pesquisas não devem trazer respostas como certo e errado, e sim, procurar compreender processos que nos constituem e nos quais nos constituímos, levando em consideração a cultura, como nos tornamos o que somos e como estamos sendo constituídos culturalmente. A pesquisa faz mais sentido com as questões que problematizam isso, pois abre possibilidades para a compreensão sobre como estamos nos tornando determinados tipos de sujeitos no presente.

Ao problematizar a constituição de identidade das crianças surdas implantadas pensei nelas no espaço político e da educação comum e/ou em escolas de surdos, documentos que tratem sobre o usuário do implante coclear e de outros recursos de tecnologias assistivas para ampliação do som, como o Sistema da Frequência Modulada, que chegam aos pais e às escolas e conduzem as práticas dos mesmos com essas crianças. Como o governo em parceria com a educação e saúde tem lidado com essas crianças implantadas quando estas devem estar desenvolvendo a linguagem? Tenho percebido, pelas orientações documentais do IC, que as crianças devem seguir em acompanhamentos fonoaudiológicos, mas quem dá conta da aprendizagem destas crianças com relação aos conteúdos de sala de aula? Como a escola tem ou terá conduzido suas práticas a partir dessas informações e como os discursos que constituem os documentos produzem as identidades das crianças surdas implantadas? Não tenho o objetivo de responder todas essas questões, mas penso que elas têm relação direta ou indireta com o meu tema. Acredito que levando em consideração que esta criança está em processo de formação identitária, é importante conhecer os discursos que estão presentes nos documentos, buscando entender que essa criança implantada é resultado de um investimento disciplinar e biopolítico.

Atualmente, faço parte do grupo de pesquisa SINAIS: Sujeitos, Inclusão, Narrativas, Alteridades, Identidades e Subjetividades, coordenado pela minha orientadora, juntamente com colegas, orientandas, professores e pesquisadores. O grupo tem como objetivo realizar estudos e produzir pesquisas sobre políticas educacionais, experiências docentes e formação de professores, articuladas a temas como identidades, diferença e alteridade. Então, neste grupo fazemos discussões sobre as pesquisas e estudamos conceitos e metodologias de pesquisa como a análise de discursos e outros. Este grupo tem colaborado

bastante para a minha pesquisa. No início eu queria analisar os pareceres clínicos e pedagógicos de crianças que fizeram o IC para verificar como esses pareceres colaboram para a constituição da identidade dessas crianças, no entanto decidi deixar para futuras pesquisas, pois para uma pesquisa deste porte é necessário de tempo maior para longo acompanhamento dessas crianças na escola, além de uma documentação cuidadosa para a aprovação no comitê de ética. Então decidi aprofundar a pesquisa anterior que teve como material de análise o Manual sobre IC que é distribuído, pelo hospital público, para os pais e ou responsáveis da criança surda candidata ao IC. Esse material chegou nas minhas mãos através de uma colega que é professora em uma escola de surdos. Os outros documentos me foram sugeridos pela professora Patrícia Rezende na qualificação da proposta. Esses são documentos do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação que chegam as escolas, aos professores e aos alunos. Selecionei esses materiais porque estamos em um momento político onde o tema inclusão tem mobilizado o país a buscar soluções para efetivar a inclusão plena através de tecnologias acessíveis, formações de professores, criação de políticas públicas, etc. E também porque acredito que esses documentos colocam em funcionamento estratégias de normalização dos sujeitos surdos na atualidade. A tabela a seguir consta informações dos materiais analisados e a abreviação foi criada para facilitar a leitura da fonte dos excertos selecionados:

<b>MATERIAL</b>	<b>INFORMAÇÕES</b>	<b>LOCAL DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>ABREVIÇÃO</b>
Documento Orientador do projeto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva	Elaborado pelo MEC/SECADI/UFSCAR Ano: 2013	Em xerox.	Doc Or
Manual de perguntas e respostas sobre o sistema de implante coclear da empresa Cochlear	Elaborado em parceria com a empresa importadora Politec Saúde distribuído aos pais pelo Hospital de Clínicas – Porto Alegre/RS	Em xerox. Cópia semelhante encontrada em: <a href="http://www.politecsaude.com.br/produtos/implante-coclear/224/">http://www.politecsaude.com.br/produtos/implante-coclear/224/</a>	Manual IC
Nota técnica nº 28/2013 21 de março de 2013 Assunto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva SECADI/MEC	Distribuída para as Secretarias da Educação dos Estados e Municípios do país sobre a utilização do Sistema de FM		NT28
Relatório nº 58 da CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação	Elaborado pelo Ministério da Saúde –Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias	<a href="http://www.adap.org.br/site/index.php/arquivos?downl">www.adap.org.br/site/index.php/arquivos?downl</a>	Rel MS

de Tecnologias no SUS	em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos – DGITS/SCTIE. Ano: 2013	oad=6:sistema-de-fm	
-----------------------	--	---------------------	--

Assim, meu interesse em identificar, analisar e problematizar discursos presentes nos documentos já mencionados me levou a definir o meu problema de pesquisa: *Quais discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas estão presentes nas políticas de governo da atualidade e como esses discursos produzem processos de normalização do sujeito surdo?*

Tenho como objetivo geral verificar como os discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas se apresentam em políticas de governo da atualidade e orientam processos de normalização do sujeito surdo. Para conseguir alcançar o objetivo de olhar para os discursos e problematizá-los, os objetivos específicos me auxiliaram para o prosseguimento da pesquisa e são eles: a) analisar os discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas nas políticas de governo da atualidade; b) analisar os processos de normalização disciplinar e biopolíticas do sujeito surdo implantado e c) problematizar a construção da identidade de sujeitos que usam próteses auditivas (aparelho auricular ou IC) com o sistema de FM.

Nas primeiras leituras que fiz dos materiais, marquei enunciados que eu identifiquei como “condutores” para a emergência das ações, dos acontecimentos, das expansões, encaminhando os sujeitos surdos para práticas de normalização. Assim, a primeira coisa que fiz foi identificar os enunciados que me chamaram a atenção e também que eram mais recorrentes. Destacando os excertos, pude perceber que os discursos presentes nesses documentos colocam em funcionamento as condutas dos sujeitos para a inclusão educacional com aparatos e estratégias de cuidado aos sujeitos caracterizados da educação especial. Através desses discursos, as tecnologias de poder disciplinar articuladas a tecnologias biopolíticas são colocadas em funcionamento a fim de promover a participação, aprendizagem, autonomia e competência dos alunos surdos. No capítulo 4, dividi as análises em sub capítulos com termos questionadores: 1) Cumprimentos legais? 2) Liberdade de escolha? 3) Possibilidades de sucesso, para quem?

### **3 DISCURSOS, PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE IDENTIDADES**

Nesse capítulo, apresento os conceitos ferramentas com os quais realizo as análises: discurso, normalização disciplinar e normalização biopolítica, pois me pareceu adequado analisar e problematizar os discursos dos documentos com tais noções. Então, busco discutir os discursos para entender como eles conduzem os sujeitos e operam práticas de normalização dos sujeitos surdos e ou com surdez.

Entendo discurso, a partir de Michel Foucault, como um conjunto de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva. Mas discurso não é apenas constituído de palavras, é mais do que isso: discursos são “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (FOUCAULT, 2002a, p. 56). Nesse sentido, não há uma dissociação entre discurso e prática, mas práticas discursivas, produzidas pela linguagem.

Na verdade, tudo é prática em Foucault. E tudo está imerso em relações de poder e saber, que se implicam mutuamente, ou seja, enunciados e visibilidades, textos e instituições, falar e ver constituem práticas sociais por definição permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. (FISCHER, 2001, p. 4).

Hall (1997, p. 33), por sua vez, quando trata sobre discurso, escreve que “o termo refere-se tanto à produção de conhecimento através da linguagem e da representação, quanto ao modo como o conhecimento é institucionalizado, modelando práticas sociais e pondo novas práticas em funcionamento”.

Neste estudo observo que os discursos acerca da surdez encontram-se substancialmente centrados em dois paradigmas: cultural e clínico. No contexto das discussões culturais acerca da surdez, os surdos são vistos e entendidos como pertencentes à minoria linguístico-cultural. Já no campo clínico, a surdez é significada pela falta de audição, sendo essa vista como uma deficiência que pode ser remediada e/ou curada através de terapias que tem como objetivo ensinar o surdo a falar e fazer leitura labial, terapias essas que podem ser potencializadas com o uso de artefatos como aparelhos auriculares ou implantes cocleares.

É interessante salientar que as verdades desses discursos sobre os sujeitos não são fixas e sim há descontinuidades, rupturas. Os discursos nomeiam e constituem formas específicas de se vivenciar a surdez e/ou de ser um sujeito surdo. Os discursos são também constituídos por campos de saber e por relações de poder que colocam em funcionamento práticas de normalização direcionadas aos surdos. Uma vez estabelecida a audição como padrão de normalidade, a surdez, como incapacidade de audição, passa a ser interpretada como uma anormalidade que deve ser tratada para que possa se aproximar o máximo possível de um padrão de normalidade. Trata-se, assim, de um processo de normalização que investe no próprio corpo do sujeito surdo e que utiliza de estratégias disciplinares, de vigilância e controle sobre o sujeito surdo para que ele se torne o mais parecido com os que ouvem.

Esses processos de normalização disciplinares podem ser entendidos como práticas que produzem formas de vida a partir de um modelo organizado dentro de uma sociedade pensada a partir da norma ouvinte, pois vivemos em uma sociedade que é organizada e pautada por processos de normalização, sendo a normalização:

Um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. (SILVA, 2000, p. 83)<sup>9</sup>.

Nesse sentido, eleger uma identidade específica como uma identidade normal gera processos de normalização que buscam trazer aqueles que se afastam do centro dessa norma para o mais próximo possível dela. O sujeito surdo, considerado como anormal da audição, se encontra, assim, em uma posição de anormal e passa a ter processos de normalização direcionados ao seu corpo através de uma série de técnicas de correção e disciplinamento.

No dicionário do Edgardo Castro (2009), norma significa um domínio que a constitui, que a forma, diferentemente da lei. A normalidade é inventada para a partir dela poder denominar quem são normais e anormais, e conseqüentemente buscar praticas de normalização.

Nos textos de Foucault, a genealogia da anormalidade foi desenvolvida com a descrição de como se constitui o domínio da anomalia ao longo dos séculos. A anormalidade

---

<sup>9</sup> Essa discussão foi apresentada por Silva em 2000 e tinha como foco a normalização disciplinar. Nos últimos anos essa discussão tem se ampliado em nosso meio e muitas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre o processo de normalização disciplinar e normalização na sociedade de controle. Nas páginas seguintes desenvolvo um pouco mais sobre o tema.

referida em seus textos apresentava três figuras: os monstros humanos, os incorrigíveis e os onanistas<sup>10</sup>. Para Foucault, o conceito de anormalidade foi utilizado como forma de normalizar as diferenças. Essas três figuras contribuíram, no século XVIII, para o surgimento de práticas, pesquisas, teorias para classificação, separação e estudos cujo objetivo é desviar da anormalidade através da medicalização da sociedade.

A primeira figura, o monstro humano, é essencialmente uma noção jurídica: o monstro foi definido assim pelo fato de violar as leis da sociedade e as leis da natureza, por causa da sua existência e sua forma. Mas também era considerado uma raridade, um fenômeno que não consegue ser bem explicado pela ciência biologia por causa da combinação do homem com outras espécies, gêneros, reinos etc. Como, por exemplo, cruzamento entre o homem e uma espécie animal (conhecido como Minotauro da mitologia grega), ou uma mistura de dois sexos (como os hermafroditas). Juridicamente, o monstro humano encontra-se presente em toda a problemática da anormalidade, as técnicas médicas e judiciárias passaram a ser guiadas do final do século XVIII e durante todo o século XIX. O monstro humano é evidenciado na transgressão das definições e classificações da existência humana, pois não se encaixa em nenhum dos pólos aceitos como o Minotauro (homem ou animal) e hermafrodita (homem ou mulher). Essas transgressões levaram o poder judiciário a questionar sobre como considerar a “existência” do monstro humano: em relação aos irmãos siameses, por exemplo, deve se considerar a existência de dois indivíduos? Devem ter dois nomes, dois batismo, ou apenas um?

A segunda figura ou segundo elemento que faz parte da genealogia da anormalidade desenvolvida por Foucault é o indivíduo a corrigir, um elemento bastante específico do século XVIII e do século XIX na Idade Clássica. O quadro de referência para o “monstro humano” é a natureza e a sociedade; e para o indivíduo a corrigir, é a família em si mesma, em seu exercício de poder interno e na gestação de sua economia. O indivíduo a corrigir é um elemento que aparece com mais frequência, sendo difícil de ser corrigido. Nos séculos XVI e XVII, as instituições são desenvolvidas e voltadas para a correção e normalização desses indivíduos, como exemplo os presídios e manicômios, isolando-os da sociedade. As técnicas de normalização ou correção desenvolvidas serviram como modelo para as instituições específicas para anormais desenvolvidas no século XIX, entre as quais estão as instituições para os deficientes. Os propósitos institucionais que investiam na correção fracassaram justamente porque o indivíduo a corrigir é definido por ser incorrigível.

---

<sup>10</sup> Para saber mais sobre esta discussão ver: FOUCAULT, Michel. *Os Anormais* (Curso do Collège de France (1974-1975)). São Paulo: Martins Fontes, 2001. Aula de 22 de Janeiro de 1975.

A alteridade deficiente é uma das alteridades que mais sofreu intervenções e para a qual foram criados espaços de reclusão e investidos esforços de correção/normalização desde vários séculos. Inúmeras vezes confundidos com loucos, os sujeitos deficientes foram narrados e inventados para sustentar a normalidade dos não-deficientes.

O terceiro elemento que configura a anormalidade apontada por Foucault é o onanista (ou o masturbador). Esta é uma figura nova no século XIX, Seu espaço de referência é o quarto, a cama, o corpo; é a vigilância da família e do saber médico. O masturbador não é um indivíduo incorrigível nem monstro, mas sim universal, pois a masturbação é partilhada por todos.

Essas três figuras, evidenciadas no século XVIII por Foucault, passam a comunicar-se entre si herdando as práticas médicas, judiciárias e institucionais – a incorrigibilidade, a monstruosidade, e os efeitos da prática da masturbação. Separadas até o final do século XVIII e início do século XIX, começaram a se sobrepor possibilitando o surgimento daquilo que Foucault denominou tecnologia da anormalidade.

Então, na Antiguidade, os sujeitos surdos, em algumas sociedades, como a Roma, eles eram sacrificados por estarem fora do padrão considerado normal e perfeito. No Renascimento, os surdos passaram a ser vistas como castigo de Deus para as famílias que cometeram algum pecado, deram o direito de viver mas eram isolados do convívio social e mais tarde, com a era da Modernidade, passaram a ser cuidadas e tratadas em Instituições para anormais<sup>11</sup>. Os surdos ou sujeitos com surdez se encaixam na segunda figura, o indivíduo a corrigir. Mesmo investindo na correção da surdez, o sujeito ainda continua carregando a marca da surdez. Pode se pensar sobre aquele que usa o IC e não se torna surdo nem ouvinte, dependendo de como os discursos o constitui.

Volto à reflexão de Silva (2012) sobre normalização no campo das identidades e diferenças manifestadas pelo poder. Pensando a noção de poder, a partir de Michel Foucault, não como uma prática que reprime, que pune, mas como ações sobre ações. Para ele, o poder está em toda a parte, acontece em rede, está distribuído na sociedade, não é vertical, mas ocorre entre os indivíduos e nas relações entre os sujeitos e as instituições das quais eles participam. Nesse viés, as relações de poder são entendidas como práticas que incitam, que

---

<sup>11</sup> A história dos sujeitos surdos encontra-se na Tese de Doutorado da Karin Lilian Strobel, intitulada *Surdos: Vestígios culturais não registrados na História* (2008), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de pesquisa Educação e Processos Inclusivos, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da professora Ronice Muller de Quadros.

convocam e induzem os sujeitos a operarem dentro da lógica que está vigente. Ele se articula entre as pessoas, se produz e reproduz nas relações que elas estabelecem entre si.

Outra questão importante para o entendimento da noção de poder em Foucault e sua relação com os campos de saber é que para ele, todo exercício de poder é formado por campos de saber, então poder e saber são inseparáveis. O poder age de acordo com o saber posto em circulação. Nesse sentido, se os saberes sobre os surdos que circulam na sociedade são de que a surdez é uma condição de deficiência, os mecanismos de poder e as estratégias de normalização investirão em técnicas de correção como o uso de próteses auditivas. O hospital e a escola, por exemplo, são espaços de acúmulo de conhecimentos, onde se produzem novos saberes e assim novas práticas são postas em circulação. Pode-se ver que o poder induz o sujeito a agir e pensar de determinadas formas. O poder é uma ação sobre as ações alheias.

As práticas discursivas, constituídas nas relações de poder buscam efetivar regimes de verdade. Como exemplo podemos citar: todo surdo deve ser implantado para ter uma vida melhor. Isso é uma enunciação produzida dentro de um regime disseminado por discursos clínicos que estão pautados em relações de poder que circulam em diferentes campos de saber: da medicina, da psicologia, da fonoaudiologia e até da educação. Sobre isso, mostro a seguir um excerto encontrado no Manual sobre IC.

Devo obter implante agora?

Em geral, quanto menos tempo você ou seu filho/a estiverem privados de som, maiores serão as possibilidades de êxito. Nas crianças, a demora da implantação do aparelho poderá significar que ela perca um importante período da vida, quando o cérebro é mais receptivo à aprendizagem linguística.

O sistema de implantes coclear Nucleus 24 é uma opção médica comprovada que poderá ajudar a pessoa a se comunicar melhor, interagir com outras pessoas e aproveitar oportunidades educacionais, laborais, e sociais que de outra forma poderiam se perder. O usuário do sistema de implante Nucleus poderá experimentar os benefícios do implante agora, e desfrutar os avanços tecnológicos sempre que lhes acontecerem. (Manual IC, p. 34)

Nota-se como as práticas discursivas são constituídas pelas relações de poder e ao mesmo tempo constituem outras relações de poder. O discurso, portanto, faz esse jogo complexo de constituir e de ser constituído nas relações de poder. O discurso dissemina enunciados que são “reconhecidos” como verdadeiros sobre algo e alguns saberes como a medicina, por exemplo, são mais valorizadas historicamente do que outros. Em outras palavras, o discurso é capaz de instituir uma norma, ditar procedimentos para aplicar ao corpo e através dela é possível conduzir a população.

Sobre poder disciplinar, Foucault, no livro *Vigiar e Punir*, coloca que esse é um tipo de poder que é responsável pela fabricação de sujeitos modernos e que tem como alvo principal o corpo. Corpo como objeto para utilizar, analisar, manipular, estudar, submeter, transformar e aperfeiçoar com o objetivo de tornar o sujeito útil, dócil. A disciplina constitui e conduz técnicas, estratégias e procedimentos. O poder disciplinar constitui procedimentos específicos e assim, condicionam os sujeitos a operarem sua participação dentro da lógica vigente em cada espaço e contexto histórico. Em nossos dias, podemos visualizar o poder disciplinar atuando fortemente nas decisões que os sujeitos estão condicionados a tomar, dentre essas decisões a busca pela autorregulação. Autorregulação no sentido de autorreflexão, responsabilização, conscientização de suas ações.

Os mecanismos disciplinares são disseminados em diferentes espaços como escola, fábrica, hospital, etc e podemos ver que disso resulta a fabricação de um homem moderno, homem como efeito e objeto de cruzamento de certo saber e poder. Em outras palavras, a disciplina tem como um dos objetivos efetivar a construção de sujeitos eficientes.

Por normalização disciplinar, em *Segurança, Território e População* (2008, p.74), Foucault coloca que essa:

[...] consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis.

A norma, em nossos dias, torna-se uma estratégia produtiva na organização da sociedade, uma sociedade que se quer cada vez mais produtiva e com melhores condições de participação no jogo concorrencial. Assim, a norma apresenta um papel significativo, pois “pode aplicar-se tanto a um corpo que se quer disciplinar como a uma população que se quer regularizar” (CASTRO, 2009, p. 58).

O excerto a seguir exemplifica a questão da não audição como anormalidade, pois quando está distante do centro da normalidade não poderá fazer parte do jogo da concorrência, como por exemplo, a possível incapacidade de estudar, cursar faculdade, trabalhar, constituir família etc.

A perda severa da audição nas primeiras etapas da vida tem um forte efeito no desenvolvimento de uma criança. A incapacidade de ouvir os sons vocais elimina uma grande parte da informação necessária para o desenvolvimento da linguagem verbal e suas habilidades da fala. Em geral, quanto maior for a perda da audição, maior o atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem oral. A forma de fala da criança pode tornar-se mais difícil de entender à medida que ela cresce. Além disso, a linguagem escrita poderá ser diferente à das pessoas que ouvem, especialmente se a criança perdeu a audição antes ou durante o período no qual aprendia a falar. As habilidades acadêmicas também poderão ser prejudicadas pelo atraso no desenvolvimento linguístico. (Manual IC, p.17)

Na Modernidade, a sociedade e a escola sempre têm como objetivo investir em processos de normalização para tornar os sujeitos úteis e produtivos. Os surdos, incluídos na lógica da anormalidade, passaram por inúmeras experiências clínicas que buscavam pela cura da sua deficiência, destacando-se o médico Jean Itard<sup>12</sup>, com as pesquisas entre medicina e educação. Criou-se, então, a educação terapêutica ou pedagogia corretiva, como foi denominada, e os processos de normalização, ou seja, os investimentos para torná-los normais fazendo com que se pareça com os ouvintes passaram a ocorrer através de técnicas médicas de disciplinamento do corpo dos sujeitos surdos para que falassem e pudessem fazer leitura labial como técnicas de oralização, uso de próteses auditivas como AASI, IC e recentemente o Sistema de FM como tecnologia assistiva complementar.

A normalização, além do âmbito disciplinar também se dá no âmbito da biopolítica e do biopoder. Por biopolítica, Castro (2009, p. 59) entende “a maneira pela qual, a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça.” É uma nova tecnologia de poder que utiliza do biopoder, do poder sobre a vida da população e que tem como objetivo administrar e regular a vida do corpo social, como uma espécie de estatização do biológico. A biopolítica e biopoder, embora ajam sobre a população, também se utilizam do poder disciplinar sobre cada indivíduo dessa população para ampliar seu leque de atuação, desenvolvendo, assim, melhor suas estratégias. Uma tecnologia de poder que assume a função política de gerenciar, gerir, prolongar vida, e que atua sobre os corpos individuais como objetos do poder disciplinar e sobre a população como objeto do biopoder.

---

<sup>12</sup> Este médico foi o fundador da ontologia e foi médico do Instituto Nacional de Surdos Mudos de Paris.

Então esse poder faz aumentar a vida, minimizando problemas através do controle mais amplo dos riscos<sup>13</sup>. Pode-se pensar que há uma reconfiguração de estratégias, principalmente no campo clínico, que visam minimizar os riscos que a surdez pode provocar no desenvolvimento das pessoas surdas. Administra-se o corpo de forma calculada, estratégias são ampliadas e desenvolvidas, técnicas são difundidas e aplicadas em diferentes lugares institucionais para ampliar a vida da população.

No âmbito das disciplinas, o alvo é o corpo do indivíduo; no âmbito da biopolítica o alvo é a população. Então o poder disciplinar é articulado ao biopoder. Esse poder assume a concretização de gerenciar o indivíduo e a população fazendo-os dócil, útil, saudável e normal através desses mecanismos como a disciplina e normalização.

Estamos na era do biopoder. Repito que o biopoder tem por objetivo o controle da população para que esta possa desenvolver-se de forma produtiva e possa entrar no jogo neoliberal<sup>14</sup> que articula a participação dos sujeitos à concorrência. Então, nesta lógica do biopoder surgem reconfigurações, remodelações nos procedimentos de poder e de saber que tentam conduzir, controlar os sujeitos para uma participação produtiva. Proliferam diferentes discursos sobre a vida e o homem e surgem novas tecnologias, formadas a partir de diferentes saberes, que investem no corpo e na população para ampliar as condições de vida, etc.

Voltando a questão da estatização do biológico, todos os sujeitos de uma população são importantes para o Estado devido a força de trabalho para circulação da economia. Se o Estado não investir na vida populacional, não se sustenta. E em um discurso clínico, a surdez sendo vista como um problema, o de “não ouvir”, que impossibilita a participação social, se torna um problema ou um risco também para o Estado quando os sujeitos surdos são vistos como incapazes de contribuir economicamente com o Estado, trabalhando e consumindo. Por isso, o Estado investe em estratégias de normalização como as apresentadas no material analisado, para que os surdos possam participar da escola comum através de tecnologias assistivas como o Sistema FM. No material, lemos que:

---

<sup>13</sup> A noção de risco aparece junto com a noção de caso, perigo e crise trabalhadas por Michel Foucault em *Segurança Território e População* (2008). Para Foucault, através de cálculos estatísticos, é possível “identificar a propósito de cada indivíduo, ou de cada grupo individualizado qual o risco que cada um tem, seja de pegar varíola, seja de morrer dela, seja de se curar.” (2009, p. 78). Para Ewald (1993) o risco é uma medida calculável e possibilita que sejam previstos os fenômenos que provocam riscos a determinada população.

<sup>14</sup> Por neoliberal podemos entender a racionalidade de uma sociedade onde os sujeitos são empresários de si, buscando ações e investimentos para ser capaz de produzir, participar e consumir.

Para o estudante no período do ensino fundamental e médio é bastante significativo a diferença do desenvolvimento e desempenho escolar entre criança e/ou jovem com deficiência auditiva e criança e/ou jovem ouvintes normais. Dado que o ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens com idade entre 5 e 17 anos. Esta etapa da educação básica desenvolve a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo. Após a conclusão do ciclo, o aluno deve ser também capaz de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

O ensino médio também se coloca como de extrema importância para a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho, visto que nesta fase, os conhecimentos adquiridos corroborarão para a escolha e consolidação da profissionalização.

Sendo assim, concluímos ser fundamental a concessão do Sistema FM para estudantes do Ensino Fundamental I e II e/ou Ensino Médio, período em que esta tecnologia assistiva contribuirá para o desenvolvimento social e intelectual, promovendo um ambiente mais propício para uma vida saudável e inclusão social. (Rel MS, p. 23 e 24)

Vemos ações biopolíticas através de ações de Governo como o *Programa Viver sem Limites*, que oferta o Sistema de FM através da parceria entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Ministério de Educação, com o objetivo de possibilitar uma maior autonomia, competência e participação dos sujeitos na sociedade e proporcionar mais condições de trabalho e consumo ampliando, assim, a economia tanto na escola quanto fora dela.

### **3.1 Normalização Disciplinar e Normalização Biopolítica Através das Próteses Auditivas para os Sujeitos Surdos**

As políticas de assistência social podem ser entendidas como estratégias biopolíticas que objetivam gerenciar os riscos produzidos pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela doença, pela deficiência, etc. e garantir a seguridade e a proteção da população. (LOPES et al, 2010, p. 15).

Entre os processos de normalização disciplinar e de normalização biopolítica que temos na atualidade está a oferta, por parte do Estado, de próteses auditivas para os sujeitos surdos. Como já coloquei anteriormente, programas de governo ofertam gratuitamente para a população com deficiência auditiva recursos como o implante coclear, aparelhos auriculares e o Sistema FM. O IC é oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS como parte de uma política de assistência social e de saúde. Para gerenciar o risco da exclusão, da não escolarização, do desemprego, da não participação, o governo desenvolve ações de controle dos riscos através de cálculos de probabilidade. Para serem controlados, os riscos precisam ser calculados, mensurados e isso deve estar no controle do Estado. A identificação dos riscos serve como base para que as ações biopolíticas sejam pensadas.

A inclusão também é uma estratégia biopolítica porque desenvolve diferentes ações para conduzir a vida dos sujeitos para a participação e circulação em todos os espaços. Além da distribuição do IC, o governo, através da parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, oferece o Sistema de FM para estudantes usuários de IC e AASI usarem na escola, a fim de evitar o risco de não aprendizagem pela falta do aproveitamento auditivo. Mas pergunto: por que não investir em programas que possibilitem às crianças surdas, a partir do momento da identificação da condição da deficiência auditiva, a aquisição da Língua de Sinais, uma vez que várias pesquisas já demonstraram que através dessa língua as crianças surdas se desenvolvem melhor e constroem identidades surdas de forma positiva? O Ministério da Educação, ao investir na inclusão escolar, aponta o uso da língua de sinais na educação de surdos, porém essa língua é burocratizada através do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que é bastante questionável pelo movimento surdo, pois não oferece um contexto natural de aquisição e desenvolvimento linguístico e cultural em uma comunidade surda. O Ministério da Saúde, por sua vez, enfatiza o uso de habilidades auditivas e ignora, ou ao menos silencia, sobre a língua de sinais e orienta o uso do FM para que os surdos não sejam prejudicados durante sua escolarização.

Retomo sobre a questão educacional. Vale ressaltar que a inclusão escolar é uma política de governo, que ganha força com a *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva* (BRASIL, 2008), sendo essa política pensada tanto como um direito da população com deficiência (os surdos são considerados parte da população com deficiência pelas políticas) como um imperativo, uma necessidade de um governo que atua segundo uma racionalidade neoliberal. Todos são convocados a participar e a desenvolver em si condições mais eficazes para sua participação em um jogo sedutor e ao mesmo tempo competitivo. A inclusão escolar, nesse sentido, é colocada em funcionamento através da gestão, mobilizando a produção de subjetividades inclusivas<sup>15</sup>. (LOPES et all, 2010, p. 21).

Nessa lógica de governo da população, ou ainda, nesta lógica de Estado, há corte de recursos para as escolas especiais, buscando colocar todos os sujeitos especiais em um único espaço, a escola comum. Nesse sentido, é esperado dos estudantes que ao sair da escola estejam preparados para o mercado de trabalho, que possam contribuir para a geração de renda e circulação econômica. Em outras palavras, o Estado espera formar sujeitos inclusivos com capacidade para trabalhar e consumir, evitando custos para o Estado como, por exemplo,

---

<sup>15</sup> Subjetividades inclusivas é um termo proposto por Eliana Menezes em sua Tese de Doutorado, intitulada *A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva* (2011), defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Vale do Rio do Sinos (UNISINOS), sob a orientação da professora Maura Corcini Lopes.

os benefícios pela incapacidade/doença. Para os surdos, como estratégias de governo biopolítico, tem sido feitos investimentos em sua formação e capacitação para o mercado de trabalho, tais como o Prolibras e o Curso de Letras Libras (KRAEMER, 2011; KRAEMER & THOMA, 2011).

No investimento na vida da população, a prevenção do risco da deficiência auditiva é uma estratégia que visa garantir uma participação maior e mais significativa dos sujeitos surdos. O risco é calculado, medido através de pesquisas, capturas, estatísticas e o Teste de Orelinha<sup>16</sup> é um exemplo disso. Depois do resultado do Teste, a maioria das crianças diagnosticadas como tendo deficiência auditiva é encaminhada a procedimentos cirúrgicos para a colocação precoce do implante ainda em fase de desenvolvimento e aquisição de linguagem, sem que seja oferecido a elas a condições para que tenham uma aquisição natural da língua de sinais junto a outros surdos.<sup>17</sup>

No entanto, as atuais políticas que se voltam para a normalização dos surdos através da “cura” da surdez pelos implantes buscam convencer de que esses recursos tecnológicos são a melhor alternativa para que os surdos possam ser úteis e produtivos na sociedade. Percebe-se, com isso, que o governo faz circular uma verdade acerca dos sujeitos surdos (que são anormais à serem corrigidos), porém essa verdade não é imposta, mas circula em relações de poder-saber que colocam a decisão de escolha nas mãos da família: o governo oferece alternativas de correção e normalização; cabe as famílias decidir se querem ou não ser beneficiadas por elas. A responsabilidade pela escolha é de cada um; somos livres para escolher se queremos ou não a participação no jogo econômico, mas ao mesmo tempo somos responsáveis por nossas escolhas.

Mas os surdos militantes lutam pelo direito de serem diferentes e resistem a esses processos de normalização, principalmente pelas lutas pelo reconhecimento da língua e da cultura surda e pela educação bilíngue, como podemos ver no excerto abaixo, extraído do

---

<sup>16</sup> Programa para detecção precoce de alguma perda auditiva, realizado nos hospitais após o nascimento do bebê. Maiores informações em: [www.testedaorelinha.com](http://www.testedaorelinha.com), acessado em 30/06/2013.

<sup>17</sup> A *Política Nacional de Educação Bilingue para Surdos* (2014), recentemente concluída pelo Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI, tem como uma de suas demandas uma política linguística que invista na participação de profissionais bilíngues nas equipes que realizam o Teste da Orelinha. Esses profissionais poderão mostrar aos pais que além da opção do IC, existe uma língua que é compartilhada por uma comunidade e que essa língua produz o que chamamos de cultura surda. Essa proposta está pautada no reconhecimento da surdez como uma identidade cultural e não como uma deficiência, reconhecimento esse tem estado ausente nas políticas linguísticas e educacionais para surdos em nosso país até hoje.

*Relatório sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*<sup>18</sup> a seguir:

As Escolas Bilíngues de Surdos são específicas e diferenciadas e têm como critério de seleção e enturmação dos estudantes, não a deficiência, mas a especificidade linguístico-cultural reconhecida e valorizada pela *Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência*, em vista da promoção da identidade linguística da comunidade surda, bem como do favorecimento do seu desenvolvimento social.

No Rio Grande do Sul e em alguns outros estados brasileiros as escolas específicas para surdos têm sido mantidas, mesmo diante do fechamento dessas escolas no contexto da política de inclusão escolar. Essa manutenção se deve à luta do movimento surdo, que almeja a abertura de escolas e classes bilíngues em todo o país, embora a grande maioria dos surdos esteja matriculada em classes comuns em situação de inclusão. Na atualidade, as escolas bilíngues de/para surdos ainda estão vinculadas ao sistema de educação especial e a desvinculação da educação bilíngue desse campo também é outra demanda da *Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa*.

Mas é necessário compreendermos que os processos de normalização estão presentes também nas escolas bilíngues, que uma pedagogia da diferença, que reconheça as singularidades, é um paradoxo. Nas escolas bilíngues, o padrão de normalidade, a norma surda, tem como referência um modelo de sujeito surdo usuário e fluente na língua de sinais, integrante da comunidade surda, produtor e produto da cultura dos surdos. De modo geral, os processos de normalização atuam em diferentes normalidades. E então, a normalização pode ser entendida conforme o contexto em que se insere, tanto no contexto da norma surda como no contexto da norma ouvinte. Tais contextos também podem ser entendidos como campos discursivos que fazem articulações entre diferentes campos de saber, como o médico, educacional, dos direitos humanos, jurídicos, linguísticos etc.

Retomando a questão da norma, Lopes e outros (2010, p.12) colocam que:

A norma funciona de formas diferentes nos dispositivos disciplinares e nos dispositivos de seguridade. Os dispositivos disciplinares e os dispositivos de seguridade são diferentes técnicas apontadas por Foucault (2008a) no decorrer de seus estudos sobre as artes de governar. Os dispositivos disciplinares são estratégias que emergem no decorrer do século XVIII para controlar e disciplinar os corpos. Já os dispositivos de seguridade são referem-se a estratégias para governar a população a partir do jogo entre

---

<sup>18</sup> Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=56513>. Acessado em 20 de março de 2014.

liberdade e segurança. É necessário destacar que um dispositivo não exclui ou substitui o outro.

No que se refere a sua relação com a norma, no primeiro caso, há uma ênfase nos processos de normação, ou seja, primeiramente define-se a norma e depois se enquadram os sujeitos como normais ou anormais.

Já nos dispositivos de seguridade, a norma é criada a partir das variações do próprio grupo de indivíduos que ela observa, classifica e normaliza. A partir de tais observações é que se determina a norma para, posteriormente, intervir sobre os sujeitos, submetendo-os a processos de normalização. Aqui a ênfase está na normalização. Portanto, primeiro se observa, depois se cria a norma e, por fim, se intervém para normalizar, normalizar os fluxos que podem atrapalhar o desenvolvimento e a articulação interna e externa a eles.

A história do movimento dos surdos<sup>19</sup> é marcada por lutas pelo reconhecimento e valorização da cultura surda e da língua de sinais que se opuseram às várias tentativas de corrigir os surdos e normalizá-los para que fossem iguais os ouvintes. E os aparelhos auditivos, como surgiram como parte dos processos de normalização da surdez? Esses foram pensados para os surdos como forma de oportunizar-lhes a audição, mas há surdos que fazem uso desses aparelhos apenas para ouvir ruídos, sinais sonoros, barulhos e não para uma comunicação efetiva, natural e confortável. Houve várias invenções para fazer os surdos ouvirem ao longo dos anos, sempre tentando aprimorar as tecnologias até chegar a novidade do implante coclear<sup>20</sup>, considerado pela área médica como a grande inovação para os surdos serem como os que ouvem. No começo os aparelhos auditivos eram como trombetas, algumas pessoas os disfarçavam com cabelos, jóias, abanadores e até mesmo em bengalas.<sup>21</sup>

Até o século XX os aparelhos auditivos passaram por inúmeros aprimoramentos, antes de tornarem-se amplificadores elétricos pequenos o suficiente para serem carregados e usados. A partir dos anos de 1990 houve avanços que transformaram o aparelho de analógico

---

<sup>19</sup> Sobre a história do movimento surdo, no contexto do movimento das pessoas com deficiência, ver LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. (Capítulo 1: As primeiras ações e organizações voltadas para as pessoas com deficiência – p.21-29). Disponível em: [http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento\(1\).pdf](http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento(1).pdf). Acessado em 20 de março de 2014. Ver também THOMA, Adriana da Silva e KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil In: *Cadernos de Educação*. | FaE/PPGE/UFPEL | Pelotas [36]: 107 - 131, maio/agosto 2010 Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/05.pdf> Acessado em 20 de março de 2014.

<sup>20</sup> A história dos artefatos de amplificação sonora pode ser encontrada na dissertação da Elert intitulada *Corpos em fronteiras identitárias: os implantes cocleares instituindo e ensinando “novas” maneiras de ser ouvinte* (2008).

<sup>21</sup> Com o tempo, aconteceu algo inesperado: Alexander Graham Bell, na tentativa de inventar um aparelho para amplificação sonora, acabou criando o telefone. Sua mãe e sua esposa eram surdas. Graham Bell foi um dos precursores das ideias oralistas e o conferencista principal do Congresso de Milão, no qual o oralismo foi recomendado como forma de se normalizar os surdos e a língua de sinais foi proibida por ser um dificultador nesse processo.

para digital, com cores e estilos variados para chamarem atenção do público infantil e adolescente, bem como para tentar tornar o aparelho um produto desejado, não somente útil. Atualmente, a grande experiência e o aparelho que vem tomando o mercado é o implante coclear. Elert (2008) faz um levantamento histórico sobre as próteses auditivas até chegar ao implante coclear, nos fazendo refletir que as próteses auditivas funcionam como tecnologias do biopoder, pois a adesão destas próteses está cada vez maior<sup>22</sup> e tem levado o governo a grandes investimentos na área da saúde auditiva.

A partir do século XXI o mundo caminha para a garantia dos direitos humanos de todas as pessoas, incluindo as Pessoas com Deficiência – PcD (entre as quais estão situados os surdos nas classificações médicas e políticas públicas), sendo esses direitos expressos na *Convenção dos Direitos das PcD* no ano de 2008. Assim também as políticas públicas foram pensadas para a efetivação da inclusão em todos os âmbitos da sociedade. Nesse sentido, é possível pensar que um dos objetivos da inclusão é garantir os direitos de cidadania a todos os sujeitos, através da inserção na escola comum, do acesso aos bens culturais e outras formas de inclusão. Porém,

Uma escola normal, que é uma escola onde se ensina a ensinar, é onde se instituem experimentalmente métodos pedagógicos normalizados e normalizadores. A normalização dos meios técnicos da educação – como dos da saúde, do transporte de pessoas e de mercadorias – é a expressão de exigências coletivas. Só há normalização social porque a sociedade se define como um conjunto de exigências coletivas articuladas em torno de uma estrutura diretriz que define seu bem singular. (PORTOCARRERO, 2004, p. 8)

Refletindo sobre as práticas normalizadoras existentes na atualidade, pergunto: o que seria o normal?

Ao estudar o caráter de sanção normalizadora da disciplina, Foucault toma como ponto de partida a afirmação de Canguilhem, de que o termo normal designa, a partir do século XIX, o protótipo escolar e o estado de saúde orgânica. Sua utilização é correlata da reforma pedagógica e da teoria médica, estreitamente ligadas à reforma das práticas pedagógica, médica e hospitalar. (PORTOCARRERO, 2004, p. 7)

Então, essa história é abrangente, mas o que falar da normalização surda? Há vários registros, relatos, histórias de pessoas surdas submetidas a processos de normalização. No livro da Rezende (2012) constam detalhes sobre esses processos, particularmente sobre os

---

<sup>22</sup> A expansão das cirurgias de implante coclear foi tema da notícia Centrinho comemora mil cirurgias de implante coclear publicada em <http://www.bauru.usp.br/?p=1873> no dia 06/09/2011.

implantes cocleares, mas de modo geral enfatizo que a normalização disciplinar, que investe no corpo do sujeito, mas também a normalização biopolítica, que investe na população com surdez para que o sujeito surdo possa viver e produzir mais, para esta pesquisa, é focada no(s) ouvido(s) desde o uso de prótese até procedimentos cirúrgicos<sup>23</sup>.

Hoje em dia, quando o surdo nasce é como um copo, cada um querendo encher com o líquido que lhe satisfaz, então a subjetivação da criança depende da escolha dos pais e/ou responsáveis, cuja maioria são ouvintes. Quase sempre é o ouvinte que, nas relações de poder, tem mais domínio na tomada de decisão e a opinião médica parece prevalecer mais que o entendimento sobre os sujeitos surdos de ordem antropológica, cultural ou social. No primeiro momento, os pais procuram ajuda médica e os médicos, em sua maioria, ou em grande parte, nem todos, desconhecendo a perspectiva cultural e antropológica do ser surdo, olham para o sujeito surdo, através de exames, como um deficiente auditivo ou “anormal” e buscam curá-lo.

Portocarrero (2004) coloca que o exame faz de cada indivíduo um caso que constitui um objeto para o conhecimento e uma tomada para o poder. Nesse sentido, a decisão sobre a vida da criança surda acaba ficando nas mãos dos ouvintes, quando ela é examinada pelos médicos e os familiares são influenciados pelos discursos médicos, fazendo com que, a partir de sua concepção normalizadora, acreditem que o IC terá eficiência a partir do momento em que é colocado. Pode ser que seja realmente desta forma, ou também pode ocorrer que a criança que está na fila de espera para o IC ou na fila para a manutenção do mesmo, tenha um atraso de linguagem, visto que muitas crianças chegam à escola sem a aquisição de uma língua efetiva através da qual possa se comunicar.

Em nossos dias, encontramos variadas soluções tecnológicas para que as crianças surdas, ou com alguma perda auditiva possam desenvolver a audição e a fala, assim como os ouvintes. Dentre essas soluções, o IC tem tido preferência nas escolas, dos médicos e das famílias dadas revelações constantes de seu efetivo funcionamento e as possibilidades de cura para aqueles que nascem ou estão desprovidos da audição, entendendo que a anormalidade pode ser sanada.

Podemos perceber que para cada época, cada tempo, o indivíduo é fabricado para o momento presente e o indivíduo está preso a relações de poder, nesse caso, cruzadas pelo lado cultural e clínico. Foucault escreve sobre a existência de “diferentes modos de

---

<sup>23</sup> Já houve época que a erradicação da surdez a qualquer modo era um grande objetivo e isso incluía o movimento eugênico por meio do processo seletivo, que fazia com que os surdos que tinham a genética surda fossem impedidos de casarem entre si e de se reproduzirem.

subjetivação do ser humano dentro da nossa cultura”, entendendo que o sujeito é produto e ao mesmo tempo efeito do discurso, pois nas práticas sociais se formam saberes que fazem nascer novas formas de sujeito.

Nesse cenário, como fica a construção da identidade de crianças surdas que fazem a cirurgia do implante? A criança surda, na maioria das vezes filha de ouvintes, privada de algumas informações, tem sua vida decidida pelos pais. Como já coloquei várias vezes ao longo dessa dissertação, os pais, no momento da descoberta da surdez, após o teste de orelhinha, recorrem aos médicos e esses, desconhecendo a condição de ser surdo, ao longo dos anos vem indicando o aparelho auditivo. Mas ultimamente, como também já coloquei, o implante coclear tem sido o mais indicado, pois é uma tecnologia nova e com maior capacidade de capturar os sons, segundo os especialistas que o desenvolveram.

Antes da cirurgia, é feito aconselhamento médico e informações são oferecidas aos pais, assim como materiais para leitura, para que tenham conhecimento sobre o implante e consequentemente, possam tomar a decisão sobre fazer ou não a colocação do IC em seu filho com surdez. Esses materiais colocam a necessidade de se trabalhar intensivamente com habilidades auditivas, orientando pais e professores para que invistam na oralidade da criança.

Mas contrariando essa tendência, sobre a escolha pelos implantes cocleares, Rezende (2012, p. 74-75) escreve:

O corpo não é meramente biológico, uma anatomia a estudar, uma carne a ser decifrada. O que envolve o corpo é a interpretação, sujeita aos olhares do outro, também assujeitado a interpretações de determinados saberes. O que move os saberes são os discursos constituídos a partir de distintas disputas por saber e poder. Os discursos são produtos de um conjunto de enunciados que, ao se aproximarem, criam e fortalecem práticas e verdades sobre aquilo ou aqueles de que falam. Tais práticas agem sobre materialidades, sobre o corpo-matéria, e determinadas posições de sujeitos, verdades, formas de ser e de estar em sociedade, disciplinar, etc.

Após serem implantadas, essas crianças vão para a escola inclusiva e essa tem recebido significativos investimentos do governo, como formação dos professores para atender as necessidades especiais através dos recursos do AEE, o Sistema de FM e Libras, entre outros.

Feita essa problematização a partir dos conceitos-ferramentas que utilizo (discurso e normalização disciplinar e biopolítica), passo agora a analisar, no capítulo seguinte, os discursos sobre a surdez, os surdos e as próteses auditivas em materiais como: 1) Manual de perguntas e respostas sobre o sistema de IC, 2) Nota técnica nº 28/2013 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Ministério da Educação -

SECADI/MEC; 3) Documento Orientador do projeto: Uso do Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva e 4) Relatório nº 58 da CONITEC – Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS pelo Ministério da Saúde.

Como são mobilizados os processos de normalização do sujeito surdo e como se dá a construção da identidade de sujeitos que usam IC e o Sistema de FM? Que discursos circulam nesses documentos sobre a criança implantada? Como esses discursos constroem novas subjetividades e novas identidades surdas? Mais do que respostas a essas perguntas, busco por pistas que nos levem a possibilidades de entendimento sobre as identidades surdas que estão sendo produzidas na atualidade.

## **4 DISCURSOS SOBRE SURDEZ, SURDOS E PROTESES AUDITIVAS NAS POLITICAS DE GOVERNO DA ATUALIDADE E OS PROCESSOS DE NORMALIZAÇÃO DO SUJEITO SURDO**

Nesse capítulo, descrevo o processo de construção metodológica da pesquisa e como procedo a análise do discurso nos materiais selecionados para a pesquisa. Conforme Fischer (2001, p. 207):

Ao analisar um discurso, mesmo que o documento considerado seja a reprodução de um simples ato de fala individual, não estamos diante da manifestação de um sujeito, mas sim nos defrontamos com um lugar de sua dispersão e de sua descontinuidade, já que o sujeito da linguagem não é um sujeito em si, idealizado, essencial, origem inarredável do sentido: ele é ao mesmo tempo falante e falado, porque através dele outros ditos se dizem.

Não pretendo mostrar verdades, mas sim minha interpretação sobre o material analisado a partir dos conceitos-ferramentas que elegi para isso (discurso e normalização disciplinar e biopolítica). Importa dizer que as verdades são inventadas e colocadas em operação a cada dia e podem ser questionadas. Entendo que não há uma conclusão definitiva a ser feita pelas análises do material, mas sim capturas, para reconhecer e (re)pensar sobre os discursos, pois é por meio deles que os sujeitos são subjetivados, controlados e que por meios dos discursos podemos produzir novos sujeitos, novas identidades na era tecnológica

Analisando os discursos, com inspiração foucaultiana, presentes nos materiais citados, construí grupos temáticos pelas recorrências. Para Michel Foucault, os discursos possibilitam inferir jeitos, formas, modos, ações, etc, a partir dos próprios enunciados. Assim, fiz a seleção de alguns excertos e os analiso a partir da construção de algumas unidades temáticas.

Através dos discursos, os pais, os familiares e professores são subjetivados a serem responsáveis pelo cuidado, manutenção, disciplina da criança surda e, com isso, atuam na produção de sujeitos de acordo com a racionalidade desses discursos. Em outras palavras, o discurso constitui subjetividades e a subjetividade conduz novas práticas.

Ao fazer agrupamentos temáticos, encontro dificuldades para delimitar, pois algumas unidades não são fixas e sim entrelaçadas entre si, mostrando a existência de uma interdiscursividade. Os discursos são hibridizados e mesmo assim minhas análises me levaram a construir as seguintes unidades que me mostraram como esses discursos recorrentes

têm conduzido os sujeitos aos processos de normalização. Ao invés de dar nome em substantivos, resolvi dar termos questionadores como: 1) Cumprindo Legalmente? 2) Liberdade de escolha? E 3) Possibilidades de sucesso, para quem?

#### 4.1 Cumprindo Legalmente?

Trarei nesta seção, os discursos legais pautadas nas políticas de governo como a inclusão escolar, a acessibilidade, aos direitos humanos. É possível ver a mobilização das políticas em prol da acessibilidade. O Estado conduz a vida dos sujeitos surdos com base na compreensão dos direitos humanos. Encontro excertos que usam argumentos jurídicos/legais como base para a promoção da quebra de barreiras na comunicação, como os que constam a seguir:

A *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (ONU/2006), promulgada com status de emenda constitucional, pelo *Decreto n° 6.949/2009*, trata de princípios, de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, dispondo que a não existência de acessibilidade significa discriminação. Seu propósito é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade. (Doc Or, p. 3) [...]

Com base nesse documento internacional, os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar que os estudantes com deficiência auditiva exerçam seu direito à comunicação, à liberdade de expressão e opinião e ao direito de receber e compartilhar informações e ideias. (Doc Or, p. 4)

A *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* (ONU 2006), ratificada no Brasil pelo *Decreto Legislativo n° 186/2008* e pelo *Decreto Executivo n°6949/2009*, em seu art. 24 afirma o compromisso dos Estados Partes com a efetivação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e orienta para que sejam adotadas as medidas de apoio, necessárias ao atendimento das especificidades individuais dos estudantes, a fim de alcançar a meta de inclusão plena.

O art. 9° da Convenção estabelece o direito das pessoas com deficiência, de viverem com autonomia e participarem plenamente de todos os aspectos da vida. Para tanto, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação.

O *Decreto n° 5296/2004* garante ao estudante com deficiência auditiva, o direito à acessibilidade nas comunicações e informações, devendo ser eliminado qualquer obstáculo à expressão, comunicação e informação por meio da disponibilização de recursos de tecnologia assistiva. (NT28, p. 1)

Por esses enunciados que constam nos documentos diversos, é possível visualizar que há uma justificativa para o cumprimento da lei de promover a acessibilidade para todas as pessoas com deficiência através da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Este documento está ligado a *Declaração dos Direitos Humanos* (1948), que

defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos devem ser aplicados a cada cidadão. E com isso, o poder público tem que garantir a participação de todos na sociedade por meio da inclusão das pessoas com deficiência em todos os espaços.

Em relação à educação das pessoas com deficiências, a Convenção coloca que os “Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis” (2011, p. 48) e deverão oferecer condições nas escolas para que essas pessoas tenham garantidos os seus direitos. Então, o Estado é o responsável para executar o cumprimento garantindo a quebra de barreiras das pessoas com deficiência auditiva. A comunicação é um direito de todos e gostaria de enfatizar que a Lei de Libras, *Lei nº 10.436*, considera a Libras como “a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas no Brasil” (BRASIL, 2002, art. 1º, parágrafo único). Então, garantir a Libras na educação para surdos, é um direito, mas ainda falta reconhecimento da Libras no momento dos diagnósticos médicos antes de tratar sobre a educação.

Na *Nota técnica nº 28/2013* do MEC encontro alguns enxertos que são copiados e ou repetidos do Documento Orientador do projeto FM elaborado pela UFSCAR em parceria com MEC/SECADI e percebo que tais documentos iniciam citando a legislação, começando pelo nível mundial que é a ONU (Organização das Nações Unidas) e depois inserem outros Decretos brasileiros para reafirmar e justificar que o país tem compromisso sério com a efetivação de um sistema educacional inclusivo, pois, pelos direitos humanos, os surdos têm direito de ter uma vida digna em igualdade de condição com as demais pessoas.

O *Decreto 5296/2004* mencionado, diz que o país garante aos estudantes com deficiência auditiva apoio para superar qualquer obstáculo na comunicação por meio de recursos de tecnologia assistiva. Pergunto-me; a escola inclusiva vê a língua de sinais, ou melhor, a Libras, como recurso de apoio? Com tantos recursos tecnológicos, por que não é disponibilizado adequadamente em todos os lugares de comunicação como, por exemplo, atendimento em locais públicos, meios de comunicação como a TV, a utilização de legendas, janelas de intérpretes? Essas perguntas estão me instigando, mas ao ler esse enunciado posso entender a dispersão do Sistema FM.

Como a legislação tem o poder de provocar mudanças, então no que refere a educação dos alunos que antes eram considerados excluídos do sistema de ensino comum e agora passam a ser vistos como alojados dentro da escola inclusiva, os professores são

capturados a manejar o Sistema de FM por conta da *Diretrizes Operacionais para o AEE* como mostra o excerto a seguir:

A Resolução CNE/CEB, nº 4/2009, que institui *Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica*, em seu Art. 13, define que: são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

[...]

De acordo com o *Decreto nº 7.611/2011*, são objetivos do AEE: prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos, bem como recursos de tecnologia assistiva que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem. (Doc Or, p. 4)

Mais uma vez a questão da legislação, mas voltada para a educação onde mostra que os professores também são responsáveis para a utilização do Sistema FM, pois o mesmo é tido como recurso de tecnologia assistiva. O professor, além de ensinar e usar a tecnologia assistiva, também tem outras funções e uma delas é a de orientar outros professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno. Pergunto-me sobre os recursos didáticos e pedagógicos em Libras, quem o governo tem consultado? Percebo que a Libras é vista como um recurso de acessibilidade e que a Língua Portuguesa, por ser língua oficial, é a que prevalece para formar cidadão pleno.

Vejo que o professor do AEE opera a normalização dos alunos através de uma técnica disciplinar que é a vigilância, o professor conhece as características dos alunos e faz o atendimento complementar para superar as dificuldades. O professor tem a responsabilidade de fazer aliança com outros professores e demais profissionais da escola, família e hospital no que se refere a manejo dos recursos tecnológicos e assistivos, pois o Sistema de FM pode ser usado também fora da sala de aula.

No investimento que o Estado vem elaborando sobre a população é necessário eliminar todas as possíveis barreiras, entre elas aquelas do processo de ensino e aprendizagem. Nesse viés, pela perspectiva da política governamental, o sistema FM torna-se mais um recurso que visa diminuir algum possível risco da exclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino. O grande promotor da participação do aluno surdo é o professor que deverá estar munido das ferramentas necessárias à participação do aluno surdo junto aos demais alunos ouvintes. O professor recebe formação continuada por meio da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, como mostra a seguir:

Com base em tais princípios, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* – MEC/2008, objetivando a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, define como estratégias para garantia do acesso, participação e aprendizagem, dos estudantes público alvo da Educação Especial, a formação continuada de professores; a oferta do atendimento educacional especializado; a garantia das condições de acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, informações, nos mobiliários, materiais didáticos e nos transportes; articulação intersetorial entre as políticas públicas; diálogo com a família e possibilidade de aprender ao longo de toda vida. (NT28, p.1 e 2)

No incremento de políticas em prol da participação efetiva de todos, é necessário que a articulação se estabeleça em todos os setores, desde a família, as instituições até as políticas públicas. É pela articulação entre os mais variados setores da população que se pode pensar e produzir melhores condições de participação para todos.

Sobre o termo estudantes público alvo da Educação Especial, os militantes surdos, hoje em dia, ainda, lutam para desvincular da educação especial, pois a educação de surdos sinalizantes é pautada pela educação linguística, que é a bilíngue.

A formação dos docentes para o AEE é uma das estratégias inclusivas, pois convoca os professores a efetivar mudanças na escola comum, remodelando suas práticas para que possam oferecer condições necessárias para que os direitos de aprendizagem dos alunos sejam garantidos. Quanto ao número de estudantes surdos e/ou com deficiência auditiva, é informado que:

De acordo com dados do Censo Escolar MEC/INEP/2011, existem 36.772 matrículas de estudantes com deficiência auditiva, sendo que 31.190, ou seja 85%, estão matriculados em classes comuns do ensino regular.

Uma parcela desses estudantes utiliza próteses auditivas, aparelho de amplificação sonora individual – AASI ou implante coclear-IC, que facilitam o processo de aquisição da língua oral, que pode ser beneficiado pelo uso de sistema de FM, com efeitos adicionais sobre a qualidade da audição.

Assim, o presente projeto justifica-se pela necessidade de desenvolvimento de pesquisa, com a finalidade de verificar o impacto do uso do sistema de frequência modulada no ensino e na aprendizagem de estudantes com deficiência auditiva, como fator de promoção de acessibilidade. (Doc Or, p. 5)

A estatística é utilizada para fazer entender a necessidade de formação e/ou mobilização, pois aponta o crescente número, ultrapassando a média. Um dos problemas da estatística é a “generalização”, os surdos, mesmo sendo usuários da língua de sinais, são representados, graficamente, como deficientes auditivos. Houve sim aumento de números de estudantes surdos em escolas regulares devido à política da educação inclusiva, mas nota-se que os surdos continuam fazendo parte da educação especial. Muitas cidades ainda não possuem escolas bilíngues e/ou de surdos, então, os pais ou responsáveis tem apenas a opção de matricular a criança surda na escola perto de casa pelos discursos de direito à escola. Por causa do aumento ou o número considerado grande de matrículas de alunos surdos nas escolas comuns, torna-se necessária tanto a formação de professores para atuarem no serviço da educação especial quanto a cessão de beneficiar tais serviços com os recursos assistivos. A formação e cessão de recursos funcionam como uma estratégia de gerenciamento de riscos, e os professores são responsáveis pelo sucesso do projeto da escola para todos. Como o número de alunos citado é grande, o governo é “seduzido” a pôr em prática este projeto. Por outro lado, a carta denúncia da FENEIS encaminhada ao MEC apresentado nos Ministérios Públicos Federais no ano de 2011<sup>24</sup> explica estatisticamente sobre a evasão escolar dos estudantes surdos nas escolas comuns, perdendo a sua formação de identidade linguística da comunidade surda garantida pela Convenção da ONU. Quanto à concessão de benefícios, o excerto a seguir do Ministério da Saúde coloca:

#### PERTINÊNCIA DO PROCEDIMENTO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

A incorporação no SUS do Sistema de Frequência Modulada (FM) permitirá que seja atendida uma população que hoje só está recebendo este tipo de atenção pelo poder judiciário. O SUS já dispensa o IC e AASI, não avançando na resolução da problemática da criança e/ou jovem com deficiência auditiva que consegue ter benefício com esse tipo de recurso auditivo citado anteriormente. A acessibilidade auditiva por meio do sistema

<sup>24</sup> Documentos disponíveis em:

<https://docs.google.com/folderview?pli=1&docId=1ygEmgqmGuH4R3coUMEdXJ->

[wpOKg579iA43Gr2GrwR\\_o&id=0B8A54snAqIjAYV9UUFpSZFUxXzg](wpOKg579iA43Gr2GrwR_o&id=0B8A54snAqIjAYV9UUFpSZFUxXzg) Acessado em: 02/05/2014

FM para estudantes com deficiência auditiva no início do aprendizado do conhecimento escolar e de profissionalização é de fundamental importância para um sistema mais justo e universal de aprendizado para esta parte da população. (Rel MS, p. 12)

#### FORMA DE REPASSE FINANCEIRO

A necessidade de se incorporar a tecnologia assistiva descrita acima é inegável e visa saldar uma dívida histórica que o Sistema Único de Saúde tem com a área da reabilitação e com a população de pessoas com deficiência auditiva. (Rel MS, p. 19)

Nesse Relatório, encontro retóricas na justificativa: o SUS, ao oferecer o que é bom para a população surda, mesmo não tendo um abrangente avanço, se encarrega de oferecer algo a mais cujo benefício se dá no meio educacional, que é onde os recursos vão possibilitar melhor aprendizado escolar, além de uma futura formação e profissionalização. Agora sobre a expressão “saldar uma dívida histórica”, qual é o significado disso para o Ministério da Saúde? Será que é pelo fato de que os surdos eram excluídos, historicamente? Talvez essa expressão deva-se pelo fato de os surdos terem outros direitos historicamente negados?

Continuando sobre a questão de beneficiar as pessoas com deficiência, o governo lançou o *Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites* por meio *Decreto 7.612* e a população é convidada a implementar e fiscalizar as políticas públicas. O excerto a seguir consta no Relatório do Ministério da Saúde para demonstrar a importância da implementação do Sistema de FM.

Vivenciamos atualmente um novo momento histórico com a implantação do programa “Viver sem Limites” (2011), organizado em quatro eixos: acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade da pessoa com deficiência, no qual prevê a ampliação do direito à educação, a ampliação das ações de prevenção aos deficientes, a implantação de Centros de Referências para oferecer apoio às pessoas com deficiência em situação de risco e disponibiliza ações conjuntas entre União, Estado e Município. (Rel MS, p. 4)

Visualizo este programa como estratégia biopolítica, pois tudo que é mencionado está relacionado com o objetivo de maximizar a colocação de todos os sujeitos na escola, minimizar os riscos do analfabetismo, prevenir os riscos da deficiência, quebrar qualquer tipo de barreiras, etc.

Porém, gostaria de mencionar paradoxos do programa *Viver sem Limites*. Além de possibilitar qualquer coisa para a quebra de barreiras, obstáculos e favorecer acessibilidade plena a pessoas com deficiência, esse programa também oferece o curso superior de Letras/Libras em nível nacional. Surgem questionamentos como: favorece o ensino da língua de sinais aos ouvintes para trabalhar com a inclusão e não estimula o uso desta língua de sinais para crianças desde a educação infantil? Não há planos do governo quanto à

implantação da educação infantil bilíngue, nem expansão da educação bilíngue no Brasil? O curso de Pedagogia Bilingue será oferecido com o objetivo de formar professores para a educação inclusiva? O que o governo enxerga na Libras?

Para a verdadeira inclusão social, não basta ter audição, é preciso ter também intérpretes de Libras ou funcionários bilíngues nos órgãos públicos, adaptações tecnológicas nos atendimentos favorecendo o uso de e-mails e torpedos, intérprete-guia e brailes para alguns surdos-cegos, e outros.

Compreendendo que o sistema educacional inclusivo (*Decreto Lei no 3.298, de 20 de dezembro de 1999*) deva proporcionar oportunidades que atendam às necessidades educacionais e sociais especiais e particulares de uma ampla variedade de pessoas; considerando a grande heterogeneidade do aluno com deficiência auditiva; considerando que sala de aula costuma ser lugar muito ruidoso tornando difícil para qualquer estudante ouvir e entender o conteúdo que o professor está passando, garantir a acessibilidade auditiva, ou seja, a audibilidade do que é ensinado em sala de aula, é de fundamental importância para uma inclusão social mais igualitária. (Rel MS, p. 7)

Para o sistema educacional ser reconhecido como inclusivo só é válido se proporcionar aos estudantes um aprendizado de qualidade e então encontro nesse discurso mais um motivo para a implementação do Sistema de FM. Interessante mencionar sobre a heterogeneidade do aluno com deficiência auditiva, o que eles entendem sobre isso? E se o aluno não entender a fala, nem souber a língua de sinais, por que não possibilitar a eles uma tradução simultânea via televisão com legenda como ocorre nos programas televisivos? Normalmente, creio eu, a sala de aula costuma ser lugar muito ruidoso se o professor deixar. Esse enxerto, mais uma vez, serve como retórica para convencer a urgência da implantação deste sistema FM pelo SUS.

#### **4.2 Liberdade de Escolha?**

Nesta seção, trarei os discursos que subjetivam e conduzem os pais, familiares e os professores referente a colocação do IC também como a implantação e manutenção do Sistema de FM. É possível perceber nos discursos presentes que os sujeitos, nem todos, tem a frente um leque de escolhas mas são seduzidos e direcionados a escolher em acordo com as verdades assumidas pelas políticas de governo.

Nas primeiras páginas do Manual sobre o IC, lemos explicações técnicas sobre o IC além de argumentos sobre as vantagens de se fazer a cirurgia, pois o tratamento é oferecido com segurança, confiabilidade e eficiência. Como pode-se ver a seguir:

Um implante coclear é um dispositivo eletrônico que faz a função das células ciliadas lesadas ou ausentes; para isso produz um estímulo elétrico às fibras remanescentes do nervo auditivo. O implante oferece ao usuário capacidades auditivas importantes e melhora da comunicação. Um implante coclear é um tratamento seguro, confiável e eficaz para a perda severa ou profunda da audição em adultos e para perdas profundas nas crianças. . (Manual IC, p. 5)

Cada usuário de implante tem suas próprias necessidades de audição. Ninguém pode saber, até que o implante for feito, quais estratégias lhe fornecerão a melhor audição. Assim, nucleus 24 fornece uma variedade de escolha de estratégias de codificação de fala com uma grande flexibilidade para suas necessidades, já que cada estratégia fornece uma estimulação de eletrodos de maneira diferente. . (Manual IC, p. 14)

Depois de apresentar o IC, para não deixar os pais com dúvidas, frases como: “ninguém pode saber até que o implante for feito” e “escolha de estratégias com flexibilidade para suas necessidades” encorajam os pais a fazer uma experiência sem terem certeza do resultado e se não der certo, poderão ter outras chances. É o mesmo que dizer que pelo menos tentou, que não deixou de fazer, que fez o possível. Como o SUS oferece o IC, cabe a responsabilidade dos pais e ou familiares desfrutar desse benefício oferecendo a cura para as crianças. Em que momento a criança deve ser implantada? Excertos a seguir tratam da questão da urgência.

Devo obter implante agora?

Em geral, quanto menos tempo você ou seu filho/a estiverem privados de som, maiores serão as possibilidades de êxito. Nas crianças, a demora da implantação do aparelho poderá significar que ela perca um importante período da vida, quando o cérebro é mais receptivo à aprendizagem linguística.

O sistema de implantes coclear Nucleus 24 é uma opção médica comprovada que poderá ajudar a pessoa a se comunicar melhor, interagir com outras pessoas e aproveitar oportunidades educacionais, laborais, e sociais que de outra forma poderiam se perder. O usuário do sistema de implante Nucleus poderá experimentar os benefícios do implante agora, e desfrutar os avanços tecnológicos sempre que lhes acontecerem. (Manual IC, p. 34)

Atualmente ninguém pode prever o nível de benefício que um adulto ou uma criança alcançará. Entretanto há vários fatores que podem contribuir de maneira significativa para um bom resultado.

Memória auditiva – os adultos e as crianças com alguma experiência auditiva, assim como um período de surdez curto, poderão aprender a usar a informação sonora fornecida pelo implante mais rapidamente do que as pessoas que tem uma perda profunda da audição desde o nascimento ou que perderam a audição muito cedo na vida. As pesquisas demonstram que algumas crianças com perda profunda e precoce da audição alcançam um benefício significativo com o sistema nucleus, desde que implantadas cedo. Em geral, estas crianças foram inscritas em programas educacionais de reabilitação que insistem no uso da audição para a comunicação e a aprendizagem. Seus familiares também participam em sessões que dão muita importância à audição.

Motivação e dedicação – A motivação e dedicação do usuário e de seus familiares e amigos é importante. A dedicação inclui o uso permanente do sistema de implante, o compromisso de comparecer aos retornos e, para as crianças, o uso das estratégias de reabilitação/educacionais para desenvolver habilidades auditivas em situações da vida diária.

Programas educacionais e/ou de reabilitação – os terapeutas e/ou educadores, familiares e o audiologista devem fornecer modelos e materiais adequados ao desenvolvimento de habilidades auditivas. Os núcleos educacionais que dão importância ao desenvolvimento de habilidades auditivas terão um efeito positivo na evolução da fala e a linguagem das crianças. Muitos adultos que ficaram surdos após aprenderem a fala, possivelmente não necessitarão reabilitação formal para usarem o sistema com êxito. (Manual IC, p. 20)

Encontro recorrências de enunciados informando que não se deve esperar muito tempo, pois esta cirurgia é reconhecida, comprovada, benéfica e não retrocede. Benéfica em amplo sentido: possibilita ao surdo se comunicar, interagir com outras pessoas, no meio social, na educação, no laboral e outros. Demorar na decisão é que constitui um problema. Também são mostrados os fatores que influenciam para um melhor resultado, como por exemplo: implantar cedo tão logo que a surdez for diagnosticada; ter apoio dos familiares e amigos na vida diária da criança implantada para desenvolver habilidades auditivas. Até os programas educacionais, ou seja, escolares, tem sido informados de que a habilidade a ser trabalhada é enfatizada apenas na audição.

Nesses excertos, observo que os pais são convencidos a investir na criança o mais cedo possível para que não se tenha prejuízo na intervenção educacional e social. Mas os pais e familiares também são convocados a participar de sessões de fonoaudiologia, a vigiar as crianças verificando o uso do implante, a comparecer nos retornos durante a reabilitação, bem como a fazer uso das estratégias aprendidas na reabilitação clínica e escolar para desenvolver habilidades auditivas em situações da vida diária.

Como existe a chamada comunidade surda, onde transitam pessoas usuárias da língua de sinais, este assunto é pautado no Manual como mostra a seguir:

Para os pais: O que pensar quando as pessoas opinam que meu filho/a deve ficar surdo/a e integrar-se à comunidade dos surdos?  
É importante aceitar e compreender que seu filho/a é surdo/a e que jamais terá audição normal.  
Isto o ajudará a concentrar a sua atenção nas várias opções disponíveis para seu filho/a com relação aos meios de comunicação, estabelecimentos de ensino e estilo de vida social.  
Existem vários meios de comunicação disponíveis, tais como a linguagem falada, linguagem de sinais e a comunicação total (comunicação verbal e sinais simultaneamente). Nós o aconselhamos a consultar pessoas que representam os diferentes pontos de vista, por exemplo, os adultos e crianças que usam os implantes cocleares Nucleus e a fala, as pessoas surdas que usam a comunicação total, as que usam a linguagem de sinais e as pessoas que se opõem aos implantes. Essas consultas o ajudarão a compreender as diferentes opiniões.  
Suas respostas às seguintes perguntas também o ajudarão a tomar decisões adequadas para seu filho/a.

- Qual o método de comunicação que eu desejo usar com meu filho/a?
- adapta-se melhor ao nosso estilo de vida e situação familiar?
- será esse método o que dará a meu filho/a os fundamentos necessários para uma vida satisfatória e de sucesso?

- Que ambiente educacional (aulas para estudantes com deficiência da audição, escola para surdos, sala de aula de escolas regulares) se adaptará às necessidades de meu filho e qual está disponível em nossa cidade?  
Baseado nessas consultas, você poderá fazer a sua escolha pessoal e com a devida fundamentação, sobre o método de comunicação mais adequado a seu filho/a. (Manual IC, p. 21)

Neste excerto, consta uma informação um pouco contraditória (talvez seja uma estratégia de venda), pois o Manual coloca que a criança surda, mesmo implantada, não terá audição normal. A comunicação total entra como possibilidade de o surdo sinalizar e oralizar ao mesmo tempo, mas aqui no Brasil e em todos os países que reconhecem a língua de sinais como língua, vários pesquisadores não aconselham esse método pelo fato de a língua de sinais ter estrutura gramatical própria que é diferente da língua oral. Ou há a possibilidade de esse método voltar por causa dos novos sujeitos, novos jeitos de ser surdo?

A empresa Cochlear, a primeira vista parece demonstrar neutralidade, mas, ao mesmo tempo, faz com que os pais se tornem responsáveis e assumam as escolhas feitas. Porém, o material apresenta argumentos que buscam convencer as famílias a fazer o IC com discursos aliando a ideia de liberdade de escolha com números comprovando o sucesso. Esses discursos são uma estratégia própria de uma racionalidade neoliberal.

Primeiro aconselha-se os pais a consultar surdos implantados ou não. Mas para muitos pais entrar em contato com os não implantados, ou seja, surdos sinalizantes, é difícil porque há uma barreira de comunicação. Para falar com eles é necessário intérprete/tradutor, além de ser difícil para muitos localizar pessoas surdas, o que pode ocorrer apenas visitando associações, escolas, instituições surdas, etc. A “barreira” é um dos motivos para a maioria dos pais não buscar saber a opinião dos surdos que sinalizam. Já para contatar os implantados, o site da empresa Cochlear coloca a disposição contatos e vídeos de quem já fez o IC.

A empresa continua conduzindo os pais e apresenta algumas perguntas para ajudar-lhes a tomar a decisão adequada. Nota-se que constam vocabulários como: desejo, estilo de vida, situação familiar, vida satisfatória, sucesso. Tais palavras coincidem com os sonhos e a realidade dos pais, assim como favorecem a empresa do IC e penso que as informações contraditórias e imparcialidades que constam no Manual podem estar funcionando como uma estratégia para a venda do implante, para além da questão da “cura” da surdez, pois levar as famílias à escolha pela cirurgia do implante é também uma questão de interesse comercial.

Interessante é a empresa tratar com os responsáveis sobre o ambiente educacional questionando-lhes a existência da escola de surdos na sua própria cidade. Na realidade, a

existência de escola surda é pequena, quase inexistente, em números. E por outro lado, hoje em dia, com a proposta da educação inclusiva, a língua oral é a que predomina nas escolas e turmas em que os surdos estão sendo matriculados.

Continuando com as análises do Manual do IC, encontro também informações mesclada com números, conduzindo os pais a fazerem parte deste percentual de sucesso.

Qual a opinião dos usuários adultos?

O implante nucleus 24 determina o curso do desenvolvimento da indústria dos implantes cocleares. Em estudos clínicos em adultos com surdez pós-lingual, 90% dos participantes informaram uma melhora da sua capacidade de comunicação ao usarem o implante, sem necessidade de ler os lábios. Três quartos dos participantes informaram uma capacidade de comunicação mais efetiva durante um jantar, viajando de carro com sua família e ao pedirem a comida no restaurante. Além disso, embora alguns poucos usuários desfrutaram a música antes do implante, a maioria informou que, com o sistema nucleus 24, haviam restabelecido a sua capacidade de escutar e desfrutar música. Em termos de satisfação geral, a maioria dos participantes considera que a qualidade de suas vidas melhorou com o implante nucleus. . (Manual IC, p. 18)

Embora nenhum implante coclear tenha a capacidade de restaurar a audição normal, os ensaios clínicos em adultos usuários do implante conseguiram um reconhecimento de sentenças de 80% ou mais ainda, duas semanas depois da estimulação inicial. Quase todos os usuários adultos do implante, após três meses, mostraram melhoras importantes no reconhecimento de palavras e frases tanto em silêncio como no ruído, comparando-se à sua capacidade com aparelhos auditivos. Três meses depois do implante, aproximadamente metade dos usuários mostraram reconhecimento de palavras em frases de 70% ao telefone. Se considerarmos que o desenvolvimento com um implante mostra melhoras com o tempo, estes altos níveis de compreensão de fala pouco tempo depois do implante, significam resultados promissores para o futuro. (Manual IC, p. 19)

A opinião dos surdos usuários adultos que consta no material só mostra o lado positivo, contabilizada de satisfação de no mínimo 70%, sendo que nesses estudos clínicos, foi coletada a opinião daqueles que têm surdez pós-lingual. Não constam estudos com surdez pré-lingual e penso que qualquer resultado não pode ser generalizado. A questão é que muitos pais, desconhecendo os termos médicos e sendo seduzidos em termos retóricos não conseguirão assimilar as informações reflexivas, pois ali existe uma estratégia de sedução para convencer os pais, que é a estatística.

Enunciados como: “sem necessidade de ler os lábios”, “comunicação mais efetiva durante um jantar”, “viajando de carro com sua família” e “ao pedirem a comida no restaurante”, “restabelecido a sua capacidade de escutar e desfrutar música”, “a qualidade de suas vidas melhorou”, tentam mostrar as características de vida ideal, próspera, feliz, como ocorre em comerciais. Então, ali mostra claramente os discursos biopolíticos em uma lógica neoliberal, pois mostra que o IC dá o poder de compra, o benefício de consumir, de estar no meio social, de ir mais longe.

Interessante que é encontrada mais uma informação contraditória, como podem ver na seguinte colocação: “Embora nenhum implante coclear tenha a capacidade de restaurar a audição normal, os ensaios clínicos em adultos usuários do implante conseguiram um reconhecimento de sentenças de 80% ou mais ainda, duas semanas depois da estimulação inicial”.

Em primeiro lugar, o Manual informa que não tem capacidade de restaurar, mas ao mesmo tempo tem capacidade de curar, devolver audição normal. E novamente, o número entra para legitimar a informação anterior e convencer de que a parte boa, mostrada em números, é que deve ser considerada. O imediatismo também entra mostrando os rápidos resultados: 80% em apenas duas semanas.

Sobre reconhecimento de frases ao telefone: sabemos que o telefone é um dos meios de comunicação mais importantes na atualidade. Acredito que quase todas as pessoas do mundo tem telefone, aliás, a sociedade exige. Então, o material analisado mostra que a surdez impede o uso “completo” do telefone, embora, nós, surdos, usemos serviços de mensagem, torpedo, SMS, e-mail, Whatsapp e outros serviços/aplicativos de textos e vídeos instantâneos.

Na última frase afirma-se que, segundo dados, se em pouco tempo conseguiram ótimos resultados, é provável que com o tempo o resultado será “perfeito”. Isso é uma promessa de melhorias progressivas. E ainda se faz comparação com aparelho comum afirmando que o IC tem melhor capacidade.

Nota-se também que há uma interdiscursividade que associa o discurso científico ao discurso comercial e de propaganda, por exemplo. Os discursos científicos são também hibridizados, pois o material apresenta informações organizadas a partir do fabricante do artefato e de especialistas do campo médico. Há um “jogo” entre empresa, hospital e família. A mídia produz no sujeito o desejo de possuir audição como podemos ver, também, a seguir:

Que qualidade de audição tem alcançado outras pessoas depois de receber um implante coclear?  
Depois de vários anos, milhares de usuários de implantes referem como pode ser agradável ouvir sons, tais como a fala de um bebê e o barulho das folhas. Eles se sentem mais seguros por serem capazes de detectar o som de uma sirene e o assobio de um alarme contra fogo. A sua vida é mais fácil a partir do momento que reconhecem o apito do forno de microondas e o zumbido da secadora da roupa. Eles definitivamente escutam. (Manual IC, p. 18)

“Agradável ouvir sons, a fala de um bebê, o barulho das folhas”, são enunciados que tratam de questões emocionais, referidas por milhares de usuários de implantes. A

questão da segurança entra como algo importante na vida das pessoas para a sobrevivência, se antecipando aos riscos e perigos que podem ser evitados com a possibilidade de se detectar o som da sirene e alarme de fogo, por exemplo. A expressão “sua vida é mais fácil”, mostra que a falta de audição é muito trabalhosa, estressante, ruim e até, perigosa. Discursos veiculados em propaganda como verdade convencendo os pais a seguir esta escolha em nome da segurança.

O excerto a seguir é extraído do *Documento Orientador do Projeto Uso de Sistema de FM na Escolarização de Estudantes com Deficiência Auditiva* elaborado em parceria entre MEC, SECADI e UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos em maio do ano de 2012, foi o ponto inicial para a implantação do sistema FM como ferramenta de acessibilidade em escolas públicas para alunos com deficiência auditiva, usuários de próteses auditivas.

<p>O Projeto visa definir os critérios de indicação, a avaliação do benefício e proposta de formação continuada dos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como multiplicadores deste conhecimento.</p> <p>Poderão integrar o projeto, escolas públicas com salas de recursos multifuncionais implantadas e com matrículas de estudantes com deficiência auditiva, usuários de aparelho de amplificação sonora ou com implante coclear, que estejam nos anos iniciais do ensino fundamental. (Doc Or, p. 3)</p>
---

Verifica-se que as escolas com estudantes deficientes auditivos são capturadas para entrar no projeto a fim de promover a formação continuada dos professores, multiplicando-os, difundindo-os. Devo comentar que “há um paradoxo quando se fala sobre a surdez” (LOPES e THOMA, 2014). O Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, define:

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005).

O Decreto reconhece que os surdos, além de ter deficiência auditiva, usam a língua de sinais como forma de comunicação. Questiono o motivo de tanto investimento na produção de sujeitos que ouvem e/ou tem alguma deficiência auditiva em detrimento da cultura surda que utiliza da língua de sinais, reconhecida pela Lei 10.436 como parte dessa cultura.

Referente a alunos que estejam nos anos iniciais do ensino fundamental, isso mostra que o investimento deve se dar o mais cedo possível sobre o aluno para que ele não tenha nenhum prejuízo se comparado aos ouvintes. Ou seja, leio com clareza o investimento na produção de sujeitos aptos as demandas atuais: aptos à competição. Sobre os investimentos iniciais, o projeto tem como objetivo começar pela formação dos professores e implantação dos recursos, como mostra a seguir:

Promover a formação continuada de professores do atendimento educacional especializado e gestores das escolas públicas envolvidas no projeto, sobre o uso de recursos tecnológicos, em especial do sistema de FM, que favoreça o desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência auditiva;  
Disponibilizar às escolas envolvidas no projeto, o conjunto de recursos necessários à implementação da pesquisa. (Doc Or, p.5)

Pelo aumento do número de matrículas de alunos surdos nas escolas comuns, torna-se necessário estudos, ou seja, o “teste piloto”, a formação de professores para atuarem com “sujeitos especiais”, utilizando-se não só de recursos pedagógicos, mas sim de recursos tecnológicos, que é um serviço que faz parte da escola. Essa formação faz com que os professores sejam responsáveis pelo andamento do projeto da escola inclusiva, que é o de ser bom para todos.

Os discursos que compõem o material de formação para os docentes podem instituir-lhes modos de agir e com isso produzem o professor do AEE. Os professores do AEE são conduzidos pela política neoliberal com discursos ligados às estratégias de normalização dos alunos surdos, como por exemplo, desenvolver práticas para um bom aprendizado dos alunos com autonomia. Em outras palavras, a escola inclusiva pode ser pensada como um dispositivo biopolítico de controle ou como o resultado de uma prática neoliberal que opera na condução dos sujeitos em si e em relação a outros, operando com gerenciamento de riscos, a fim de promover a participação permanente na escola e na sociedade inclusiva. A formação de professores para o AEE é uma das estratégias deste dispositivo para conduzir as condutas docentes e normalizar os alunos surdos.

Por sua vez, as escolas indicaram os estudantes, de acordo com os seguintes critérios: (1) ser usuário de AASI e/ou IC compatível com Sistema de FM e em boas condições de funcionamento; (2) Não possuir Sistema de FM; (3) Reconhecer palavras auditivamente; (4) Ter domínio da linguagem oral ou estar em fase de desenvolvimento; (5) Cursar o 1º, 2º ou 3º anos do Ensino Fundamental.

O projeto envolveu: 106 escolas da rede pública estadual, municipal e do Distrito Federal, contemplando as cinco regiões do País; 202 crianças com deficiência auditiva e 99 professores do Atendimento Educacional Especializado – AEE. ( NT28, p. 2)

Esta parte da Nota Técnica explica que o projeto teve participação de Secretarias da Educação onde indicaram 106 escolas públicas que atendiam os critérios citados. Pergunto-me sobre estas 202 crianças com deficiência auditiva e 99 professores do AEE. Como estava a questão da linguagem dessas crianças? E a questão da aquisição da língua? Quem eram esses professores do AEE? Qual formação esses professores tiveram? Por que alunos surdos cursar nesses anos fundamentais e não começar pela educação infantil?

Não encontro maiores informações e ou detalhes sobre essas escolas e alunos, mas na Nota Técnica consta o resultado da pesquisa comprovando a eficácia do uso do Sistema de FM como mencionado no seguinte excerto:

A pesquisa comprovou a eficácia do uso do Sistema de FM por estudantes usuários de AASI e IC, para a promoção de acessibilidade no contexto escolar, ampliando as condições de comunicação e a interação entre os estudantes e os professores. O uso do Sistema de FM agrega uma melhora na comunicação entre os estudantes que o utilizam e os demais estudantes, professores e pais, pois, ao melhorar sua interação/comunicação oral, estes desenvolvem mais rapidamente as competências sociais, resultando em exposição maior à língua oral. (NT28, p. 3)

Na inclusão não basta garantir a promoção de acesso e sim deve-se dar condições permanentes de participação e a comunicação é um exemplo disso, pois possibilita o desenvolvimento de competências tanto para aprendizagem como para convivência social. Nas demandas contemporâneas, cada sujeito é convocado a promover em si condições adequadas a sua participação: tanto o aluno surdo deve portar as próteses, como aos professores cabe à busca pela formação e aplicabilidade dos recursos.

O que me intriga é que no cronograma do projeto elaborado pela UFSCAR em parceria com MEC e SECADI, consta que o tempo desde a adesão ao projeto pelas Secretarias de Educação até a conclusão do mesmo teve duração de um ano, porém entre a implantação do Sistema de FM até a análise do relatório final do projeto, elaborado pela UFSCAR, a duração foi de 6 meses, sendo aprovado. Pergunto-me sobre a qualidade da pesquisa, se em 6 meses, a pesquisa é tão logo aceita e implementada, por que a pesquisa do Capovilla<sup>25</sup> que teve grandes investimentos financeiros com duração de 10 anos é ignorada? A

---

<sup>25</sup> Coordenador do Programa de Avaliação Nacional do Desenvolvimento do Escolar Surdo Brasileiro (Pandesb) financiado por agências como CNPq, Capes, Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que mapeou os parâmetros normativos de desenvolvimento linguístico de 8.000 surdos de 15 estados brasileiros em compreensão de sinais de Libras, leitura alfabética (decodificação e reconhecimento visual de palavras), compreensão de textos, qualidade ortográfica da escrita, competência de leitura orofacial, e vocabulário em Português por leitura orofacial, que revelou que surdos se desenvolvem mais e melhor em escolas para surdos do que em escolas comuns. Disponível em: [http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=553:principal&catid=199&Itemid=92](http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=553:principal&catid=199&Itemid=92) Acessado em 15 de março de 2014.

aprovação da pesquisa comprovando a eficácia do Sistema FM mobilizou a aceitação e implantação do Sistema de FM.

Nos próximos excertos apresento os discursos que, no meu entendimento, os sujeitos são capturados na rede discursiva, ou melhor, que esses sujeitos capturados não tiveram escolha por causa de um poder “invisível”. Poder entendido como ação sobre outras ações, em outras palavras, o poder não é repressivo nem destrutivo: ele inventa estratégias que o potencializam; ele engendra saberes que o justificam e encobrem (VEIGA-NETO, 2004, p.63). Creio que os professores não tem como fugir da formação para o AEE onde as escolas são selecionadas por terem alunos surdos e assim os professores são capturados para aprender a gerir a vida dos sujeitos especiais incitando-os aos processos de normalização.

Formação dos professores do atendimento educacional especializado sobre o uso pedagógico do Sistema de FM, visando à identificação dos potenciais estudantes usuários do Sistema de FM, no contexto escolar, a partir dos seguintes critérios: usuário de aparelho de amplificação sonora individual e/ou com implante coclear, com domínio da língua oral ou em fase de sua aquisição e com desempenho em avaliação de habilidades de reconhecimento de fala no silêncio. No caso de crianças em fase de aquisição da língua oral, quando não for possível a realização do IPRF<sup>26</sup>, ou a utilização de testes com palavras devido à idade, deve ser considerado o limiar de detecção de Voz (LDV) igual ou inferior a 40 (com AASI ou IC); ao acompanhamento dos estudantes usuários deste Sistema, bem como, à orientação das famílias e professores, para sua manutenção e uso efetivo em todas as atividades escolares. (NT28, p. 3)

Formação de professores  
Sendo assim, o Ministério da Educação assegura que irá promover a formação dos professores do Atendimento Educacional Especializado sobre o uso de recursos tecnológicos, que favoreça o desenvolvimento acadêmico do estudante com deficiência auditiva (Nota Técnica do Ministério da Educação Anexa). (Rel MS, p. 12)

Considerando a relevância da ampliação dessa ação, recomenda-se articulação entre a área da educação com a área da saúde, a fim de identificar potenciais usuários desse recurso de tecnologia assistiva e viabilizar sua concessão por meio do Sistema Único de Saúde – SUS. Enquanto isso, sugere-se a continuidade do processo de formação continuada dos professores do atendimento educacional especializado das escolas que implementarão tal medida de apoio. (NT28, p. 4)

Para que possam ser alcançados resultados produtivos aos alunos usuários do sistema FM recomenda-se a formação adequada dos professores. Em todo investimento realizado necessita-se um acompanhamento qualificado por parte dos profissionais e para isso, dá-se a necessidade de formação específica. Por outro lado, observa-se que este investimento se torna mais produtivo quando ocorre a articulação entre diferentes áreas do conhecimento: saúde e educação. A formação do professor do AEE funciona como gerenciamento dos riscos da não aprendizagem, da falta de autonomia, etc.

<sup>26</sup> Índice Percentual de Reconhecimento de Fala.

Então, os professores são responsáveis para superar a incapacidade através da formação para o AEE, que lhe dará os conhecimentos necessários para saber atuar com sujeitos surdos minimizando os limites causados pela surdez, uma prática de acordo com a educação inclusiva.

Pude perceber que os surdos são capturados e tomados como objetos de poder e saber por cursos de formação de professores para operar o atendimento. E nesse curso o professor é orientado para a correta utilização dos recursos tecnológicos para o bom aproveitamento escolar.

O MEC por meio da SECADI atende a Nota técnica nº 120/2012 do Ministério da Saúde assegurando a formação dos professores e com isso virão novas cartilhas, novas publicações, novos casos de sucessos envolvendo a surdez e o Sistema de FM.

Preciso mencionar minha experiência como tutora do curso TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação Acessíveis. Para trabalhar com os surdos, ensinavam aos professores cursistas a utilizar a comunicação alternativa como pranchetas e também a usar o PRODEAF<sup>27</sup> e *SignWriting*<sup>28</sup> sem antes mencionar a importância e explicar que é crucial ter conhecimento fluente da Libras. E também nesta formação, não foram mencionados conhecimentos antropológicos do ser surdo. É uma situação que deve ser bastante reflexiva pois na atualidade a formação de professores está atingindo a um número cada vez maior proliferando os com discursos da educação especial “antiga”. A formação de professores é recomendada devido à comprovação do resultado de pesquisa e da necessidade de dispersão, mas me pergunto novamente a respeito desses alunos e das formações dos professores. E a língua de sinais? Se a sala tiver mais de dois alunos surdos, sendo que um deles é usuário de Libras e outro não, o professor enfatizará o uso do Sistema de FM incentivando a oralização e deixará o outro aluno surdo sem ter “par linguístico”?

Para ampliar a ação de incluir o Sistema de FM, pesquisar, aprimorar, o Ministério da Educação solicita a articulação do Ministério da Saúde na educação. Mais uma vez, a participação da área da saúde, desconhecendo o lado cultural dos surdos, continua presente na normalização surda. Não quero dizer que todos os médicos não conhecem a questão cultural dos surdos, mas sim que em uma maior parcela desconhece, pois a disciplina

---

<sup>27</sup> Software de tradução de texto e voz na língua portuguesa para Libras, com o objetivo de realizar a comunicação entre Surdos e ouvintes. Maiores informações em: <http://www.prodeaf.net/> Acessado em: 30 de março de 2014.

<sup>28</sup> Escrita de Sinais é um sistema de escrita das línguas de sinais. Maiores informações em: <http://www.signwriting.org/library/history/hist010.html> Acessado em: 30 de março de 2013.

de Libras ainda não é obrigatória no curso acadêmico de medicina nem em outros cursos da área de saúde, a não ser na fonoaudiologia.

A Nota Técnica informa também que para subsidiar o processo de implementação do Sistema de FM na escola, é possível acessar materiais como: 1) Manual: A criança com deficiência auditiva na escola: Sistema de FM; 2) Curso online sobre o uso do Sistema de FM na escola, disponível em: <http://cursofm.fob.usp.br>; 3) Folheto de acesso rápido: Guia para utilização do Sistema de FM. Então, se a formação não ocorre presencialmente, os professores podem buscar novos saberes através de alternativas como cursos online, folhetos, manual. Considero esses artefatos como estratégias para que os conhecimentos cheguem aos professores de qualquer forma, conduzindo-os aos processos de normalização.

Abaixo entendo isso como uma justificativa para o Brasil avançar na tecnologia, pois este Sistema FM é antigo e reconhecido no mundo todo e muito utilizado em diversos países. Como o produto é importado e registrado com qualidade como a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), não tem porque não implantar este recurso no país.

Apesar do Sistema de FM estar disponível há meio século no mundo. No Brasil o seu acesso ainda é restrito. Em diversos países esse recurso é utilizado com frequência em...  
[...]  
O Sistema FM trata-se de produto importado com registro na ANVISA e representado por várias empresas no Brasil. (Rel MS, p. 8)

Então, mais uma vez, discursos de propaganda, discursos de verdade, que convencem e dirigem a conduta direcionada para a positividade, para a aplicação, para a aceitação e implementação do projeto.

### **4.3 Possibilidades de Sucesso, para Quem?**

Nesta seção, mostrarei discursos que “sobraram”, que no momento são difíceis de agrupar e de nomear, pois esses discursos são hibridizados, uma mescla de enunciados de propaganda, concorrência, sucesso, etc, mas que reúnem sob a pergunta: possibilidades de sucesso, para quem? Esses discursos, a meu ver, também colaboraram para a expansão dos usuários de AASI, IC e o Sistema de FM.

Para realizar a cirurgia do IC, existem certos critérios como mostrados a seguir:

<p>Critérios</p> <p>Crianças</p> <p>Idade 12 meses a 24 meses</p> <p>Perda da audição sensorineural profunda em ambos os ouvidos;</p> <p>Falta de progresso no desenvolvimento de habilidades auditivas;</p> <p>Ausência de contra-indicações médicas;</p> <p>Altamente motivados e expectativas adequadas.</p> <p>Idade 25 meses a 17 anos e 11 meses</p> <p>Perda da audição sensorineural profunda em ambos os ouvidos;</p> <p>Falta de progresso em habilidades auditivas;</p> <p>Ausência de contra-indicações médicas;</p> <p>Altamente motivados e expectativas adequadas (família devidamente motivada para o implante e com expectativas adequadas, e quando possível, a criança também).</p> <p>Idade 18 anos de idade ou mais</p> <p>Perda da audição sensorineural profunda em ambos os ouvidos;</p> <p>Teste de reconhecimento de sentenças (HINT) de 50% ou menos no ouvido a ser implantado e 60% ou menos do ouvido oposto, ou binaural, no teste pré-operatório;</p> <p>Perda severa a profunda pré-lingual ou pós-lingual;</p> <p>Ausência de contra-indicações médicas;</p> <p>Desejo de ser parte do mundo ouvinte. (Manual IC, p. 16)</p>
--

Nos critérios citados acima, para crianças, mostra-se a importância dos pais terem motivação e expectativas adequadas. Isso significa que os pais devem ter força, insistência, credibilidade, confiança, e outras qualidades que proporcionem participação ativa na vida do filho durante o tratamento. Expectativas adequadas, em que sentido? Seria no sentido de que os pais, ao saberem que o filho pode não ter audição normal, terão que se contentar com audição residual ou parcial?

Interessante observar que, no segundo momento, para crianças de 25 meses a 17 anos, da família e da criança são exigidas, seriamente, que tenham motivação. Isso mostra que o tratamento pode não ser fácil, não ser rápido e/ou ser trabalhoso e que a responsabilidade dos processos de reabilitação não é somente da clínica, pois exige a presença constante de alguém com olhar vigilante.

<p>Para os pais</p> <p>A perda severa da audição nas primeiras etapas da vida tem um forte efeito no desenvolvimento de uma criança. A incapacidade de ouvir os sons vocais elimina uma grande parte da informação necessária para o desenvolvimento da linguagem verbal e suas habilidades da fala. Em geral, quanto maior for a perda da audição, maior o atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem oral. A forma de fala da criança pode tornar-se mais difícil de entender à medida que ela cresce. Além disso, a linguagem escrita poderá ser diferente à das pessoas que ouvem, especialmente se a criança perdeu a audição antes ou durante o período no qual aprendia a falar. As habilidades acadêmicas também poderão ser prejudicadas pelo atraso no desenvolvimento linguístico. (Manual IC, p. 17)</p>
--

Comumente, a linguagem é desenvolvida junto com a língua. O input linguístico de qualquer criança pode se dar pela língua oral ou pela língua de sinais. O excerto acima

mostra que a criança poderá ser prejudicada pela falta da língua e a língua de sinais não foi mencionada até porque o foco está no ouvir. Gostaria de enfatizar que o material analisado tem origem nos Estados Unidos, e lá a língua de sinais não é oficializada em Lei como língua da comunidade surda.

Sobre a linguagem escrita ser diferente, de fato poderão ocorrer erros ortográficos pela falta da audição ou pela incompreensão auditiva e pode ser também que os surdos escrevam de acordo com a estrutura da língua de sinais. Os ouvintes, desconhecendo a língua de sinais, veem a escrita do surdo como inaceitável, como “analfabetismo funcional” e há vários fatores discutíveis na área de alfabetização sobre essa questão. Outra razão das crianças surdas apresentarem dificuldades na leitura e escrita tem a ver com a falta de contato com materiais letrados, com a falta de estímulos para que se interessem e aprendam o sentido da leitura e escrita.

O excerto citado acima faz com que os pais pensem no futuro em relação à linguagem e habilidade acadêmica. Lembrando que a habilidade acadêmica varia de pessoa para pessoa, hoje em dia têm surdos entrando nas faculdades, cursos de especialização, mestrado e doutorado através da língua de sinais e da língua escrita.

Tudo isso mostra o poder disciplinar que age sobre o corpo individual da criança surda, levando ela a fazer o IC para evitar riscos como os de não aprender a falar e se comunicar como a maioria ouvinte, de não aprender a ler e escrever a língua portuguesa, de não aprender como os demais, de se tornarem sujeitos dependentes no futuro, de não serem produtivos em uma sociedade que espera a participação econômica de todos, enfim.

Qual é a melhora das crianças depois dos primeiros seis meses de uso do sistema Nucleus 24?  
Avanços importantes no reconhecimento de sons e na compreensão da fala, segundo a informação que deram seus pais. Depois de seis meses de uso, a maioria das crianças responderam seus nomes no silêncio e reconheceram espontaneamente sons comuns em sala de aula. Aproximadamente a metade das crianças também respondeu a seus nomes em ambiente ruidoso. Para as crianças maiores, cujas habilidades de percepção de fala puderam ser testadas, mais de um terço delas mostrou melhora importante nas quatro provas de reconhecimento de palavras de contexto aberto. Maioria das crianças com implante coclear nucleus continua a melhorar durante anos após o implante. (Manual IC, p. 19)

Maioria das crianças, metade das crianças, mais de um terço. Traversini e Bello (2009), ao discutirem em relação a números, estatísticas, colocam que a estatística é caracterizada como um saber que opera para governar a população (governar no sentido de conduzir, uma ação sobre as ações alheias). Então, a estatística é usada como tecnologia de governo que produz verdades e molda as realidades das sociedades por meio da

quantificação. Em outras palavras, o saber estatístico funciona como uma tecnologia para orientação de condutas. Produz sedutor efeito e confiabilidade, pois as porcentagens de sucesso que constam no Manual influenciam e orientam o sujeito a querer fazer parte destes números.

Há, ainda, outros resultados positivos, como por exemplo: “continua a melhorar”, mostrando que não há piora, apenas uma melhora constante. Quanto aos “reconhecimentos das sentenças em ambientes sonoros, ruidosos”: é comum não ouvirmos bem em ambientes ruidosos e esse implante parece fazer milagre. Mas, por que existe o Sistema FM?

O trecho: “avanços importantes como dizem os pais”, buscam fazer com que pais se identifiquem e fiquem confiantes com o sucesso revelado pelos outros pais. Pais que desejam o melhor para o filho trocam experiências com outros pais, se identificam, unem-se por uma boa causa. Na livro da Patrícia Luiza Ferreira Rezende (2012), ela consta a história de duas mães de crianças implantadas que fizeram movimentos e articulações com políticos e médicos em Manaus para convencer e alertar outras mães a optarem pela cirurgia. Dessa mobilização das mães, nasceu a obrigatoriedade do Teste de Orelhinha por parte do poder público. Continuando a leitura do Manual, encontro excertos que envolvem a urgência e os pais.

Devo esperar até saber como desenvolve-se meu filho/a com um aparelho auditivo?  
 Sim. Seu filho/a deve receber aparelhos auditivos logo que a perda sensorineural da audição for diagnosticada. O audiologista da equipe de implante assegurará que seu filho/a tenha a oportunidade de usar aparelhos auditivos adequados, junto a um programa intenso de reabilitação auditiva, a fim de determinar se os aparelhos lhe darão suficiente informação auditiva para o desenvolvimento da fala e a linguagem verbal.  
 Como as habilidades da fala e da linguagem verbal desenvolvem-se mais facilmente quando a criança escuta a linguagem falada durante os primeiros anos de vida, a decisão precoce sobre o uso de um sistema Nucleus pode permitir que seu filho/a obtenha grandes vantagens no período crítico do desenvolvimento da linguagem verbal. .  
 (Manual IC, p. 21)

Para os pais:

Apoio familiar/escolar. A vontade de seu filho/a de usar o aparelho o dia inteiro, o compromisso da família de comparecer aos retornos marcados, de cuidar do sistema de implante e de ajudar a seu filho/a a transferir as habilidades auditivas para as situações da vida diária, contribuirão em grande parte para o sucesso do seu filho/a. Os terapeutas e educadores, junto com você e seu audiologista, devem proporcionar a seu filho/a os modelos auditivos e materiais adequados ao desenvolvimento das habilidades auditivas. Os pais deverão ajudar seu filho/a a se comunicar com a equipe de implantes Nucleus. .  
 (Manual IC, p. 22)

Aqui entra, a questão da urgência (assim que a surdez for descoberta, adquirir logo o aparelho) e o poder disciplinar. O programa intenso de reabilitação auditiva é

percebido como poder disciplinar porque investe em processos de normalização no corpo da criança, sendo colocada uma série de regras, como por exemplo: usar o implante o dia inteiro, frequentar várias sessões de fonoaudiologia para trabalhar com reconhecimento de sons, vocabulários, etc e praticar somente habilidades auditivas em todos os cotidianos e situações. Nota-se que a responsabilidade no desenvolvimento da criança implantada é dos pais, juntamente com programas de intensa reabilitação auditiva com educadores e terapeutas. Continuando com o poder disciplinar, encontro enunciado enfatizando que é necessária a vontade da criança usar o aparelho o dia inteiro. Vontade? Vontade do próprio filho mesmo ou seria a vontade dos pais? Como fica a questão se a criança não desejar isso? Pais e médicos deixariam tirar o implante realizado? Para o desenvolvimento da linguagem verbal são exigidos da família compromissos como: comparecimento aos retornos marcados, cuidar do sistema de implante e conversar, comunicar, acompanhar o usuário para trabalhar com as habilidades auditivas. O educador também é apontado como responsável para auxiliar no desenvolvimento da criança por meio da vigilância.

Interessante que exigem ajuda dos pais na comunicação entre o filho e a equipe. De que forma? Por que? Fico curiosa em saber se é pelo fato de a criança se comunicar com pais através de sinais caseiros, ou códigos, etc. Será que a equipe não tem pessoas surdas ou fluentes em língua de sinais para auxiliar na comunicação?

#### Conclusão

Para o estudante no período do ensino fundamental e médio é bastante significativo à diferença do desenvolvimento e desempenho escolar entre criança e/ou jovem com deficiência auditiva e criança e/ou jovem ouvintes normais. Dado que o ensino fundamental é obrigatório para crianças e jovens com idade entre 5 e 17 anos. Esta etapa da educação básica desenvolve a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo. Após a conclusão do ciclo, o aluno deve ser também capaz de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

O ensino médio também se coloca como de extrema importância para a inclusão dos estudantes no mercado de trabalho, visto que nesta fase, os conhecimentos adquiridos corroborarão para a escolha e consolidação da profissionalização.

Sendo assim, concluímos ser fundamental a concessão do Sistema FM para estudantes do Ensino Fundamental I e II e/ou Ensino Médio, período em que esta tecnologia assistiva contribuirá para o desenvolvimento social e intelectual, promovendo um ambiente mais propício para uma vida saudável e inclusão social. (Rel MS, p. 23 e 24)

Neste excerto conclusivo, encontro uma justificativa biopolítica, o governo se preocupando com a formação da pessoa com deficiência auditiva cujo objetivo é incluir o sujeito no mercado de trabalho. Então, pode se seguir nesta sequência: ouvir, escutar, ter conhecimentos, ter comunicação básica, trabalhar e consumir. Para consumir é preciso ter desejos, é preciso ter poder de comunicação para troca de informações e também é possível

que os surdos, ao usarem recursos tecnológicos, venham a fazer parte do consumo de música, filmes, etc.

É visível que há preocupação com o tempo de aprendizagem, produzindo sujeitos com bom desempenho dentro do ciclo e para isso se faz necessário conduzir os professores que lidam com sujeitos surdos, através de ações como a utilização do Sistema FM.

Com o diagnóstico precoce e a inclusão de OPMs<sup>29</sup> para deficiência auditiva na Tabela de procedimentos do SUS, um grande contingente de crianças com deficiência auditiva passou a ter acesso gratuito aos dispositivos sensoriais como o AASI e o IC podendo chegar à escola usufruindo desses dispositivos, favorecendo seu aprendizado no contexto escolar (DELGADO-PINHEIRO et al., 2009). (Rel MS, p. 1)

No caso da criança com deficiência auditiva a acessibilidade à educação deve ser assegurada para um melhor aproveitamento do conteúdo escolar. O Sistema FM é considerado uma alternativa dentre outros materiais e recursos da tecnologia assistiva utilizados por alunos com deficiência auditiva, visando auxiliar a integração educativa-escolar. Para alguns autores o Sistema FM é a mais importante e essencial ferramenta educacional já desenvolvida para os indivíduos com deficiência auditiva, pois é o meio mais efetivo para favorecer a relação sinal/ruído, principalmente em ambiente educacional (ROSS, 1992; ROSS, 2004; BLASCA; FERRARI; JACOB, 2006). (Rel MS, p.2)

No Brasil, os dispositivos sensoriais (AASI e IC) já são disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e o uso do Sistema FM dinâmico seria um importante passo na acessibilidade acadêmica das crianças e/ou jovens com deficiência auditiva. (Rel MS, p. 3)

Recomenda-se que o Kit Sistema FM Pessoal seja disponibilizado para criança e/ou jovem com deficiência auditiva sensorioneural de grau leve, moderado, severo e profundo e que estejam matriculados no Ensino Fundamental I ou II e/ou Ensino Médio. (Rel MS, p. 3)

O diagnóstico precoce se deve ao fato de o Brasil oferecer teste de orelhinha após o nascimento do bebê e no momento da triagem já faz o encaminhamento para a aquisição do AASI e IC. Tive uma conversa com fonoaudióloga de um hospital público a respeito da triagem e ela mencionou que nem todos os que adquiriram as próteses tiveram sucesso por vários fatores como: nem todos os hospitais estavam equipados com os aparelhos para fazer o teste; a surdez pode ser adquirida depois do nascimento por motivos de doença e os pais tardarem a descobrir; famílias de classe baixa não terem condições financeiras e psicológicas de arcarem com a manutenção das próteses e acompanhamento nas sessões de fonoaudiologia.

Para convencer a implantação do Sistema de FM através do SUS, o relatório mencionou de que deverá ser oferecido esse sistema o quanto antes porque as próteses auditivas é que estavam sendo distribuídas, e que o sistema FM é um complemento a mais para favorecer aos usuários de próteses no meio educacional.

Quanto aos autores citados no documento, nota-se que são pesquisas de outros países, parece-me que, em nosso pensamento, pesquisadores de outros países são mais

---

<sup>29</sup> Órteses, próteses e materiais implantáveis.

valorizados e importantes para nosso avanço. O Brasil é um país grande onde há pesquisadores surdos, por que não questionarem? Até a instituição nacional como a FENEIS e o Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, também não foram consultados?

Também pergunto sobre o por que de não oferecer o Sistema de FM na educação infantil e na educação superior? Ambos são importantes, uma pela idade de aquisição antecipada e outra pela importância da formação profissional onde cada aprendizado se vale com responsabilidade. Talvez seja porque a educação infantil e a educação superior não são formações obrigatórias. Todos esses discursos mobilizaram para a dispersão do Sistema de FM para que a escola seja um sucesso tanto por favorecer o aprendizado dos alunos quanto como para os alunos que tenham sucesso em seu aprendizado.

O Kit Sistema FM Pessoal possibilita a acessibilidade da criança e/ou jovem com deficiência auditiva conforme instituído na Lei nº 5296 de 2/12/2004, no qual relata que para o deficiente auditivo, a tecnologia assistiva diz respeito às ajudas técnicas, ou seja, aos produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptada ou especialmente projetada para melhorar a funcionalidade da pessoa com deficiência favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. Além disso, refere-se aos elementos que permitem compensar limitações funcionais sensoriais, com o objetivo de permitir a superação das barreiras comunicativas e de possibilitar sua plena inclusão social (Decreto Lei no 3.298, de 20 de dezembro de 1999). (Rel MS, p. 4)

Mais uma vez, neste documento também constam legislações para justificar o uso do Sistema de FM como recurso de apoio para a superação das barreiras comunicativas, possibilitando assim a inclusão social dos surdos. Esse sistema é visto como recurso de tecnologia assistiva de forma que dê autonomia a pessoas com deficiência auditiva. Será que na visão da política, o governo vê os deficientes auditivos como dependentes de intérpretes? E o intérprete de língua de sinais é visto como um recurso complexo e caro por envolver finanças e pessoas?

A indicação de um recurso de acessibilidade acadêmica para estudantes com deficiência auditiva é o Kit de Sistema FM Pessoal, que possibilita a acessibilidade do aluno com deficiência auditiva aos diferentes ambientes educacionais (sala regular/lei da inclusão e sala de recurso multifuncional no contra turno), e a possibilidade da criança e/ou jovem, em posse do sistema FM pessoal ter acesso a outras atividades, como palestras, cursos profissionalizantes e até mesmo na sua vida pessoal, no convívio social. (Rel MS, p. 5)

Este excerto apresenta as vantagens a fim de convencer a favor da implantação deste sistema porque o mesmo pode ser usado em outros lugares que não seja a sala de aula. Ou seja, ele é facilmente portátil e útil porque não é aplicado somente ao uso educacional, podendo ser usado no convívio familiar, social e outras formações como cursos, palestras, etc.

O Kit de Sistema de FM Pessoal tem se mostrado crucial para que o estudante com deficiência auditiva consiga acompanhar o conteúdo da escola regular. O benefício primordial do uso de um sistema de comunicação sem fio, como o sistema de FM, é a melhora na compreensão da fala do professor em ambiente ruidoso como a sala de aula, criando assim condição fundamental para a captação e fixação da aprendizagem da criança e/ou jovem com deficiência auditiva.

Sem este recurso o processo ensino-aprendizagem fica defasado, ou seja, no momento que o professor está ensinando o conteúdo, dentro da sala de aula, a informação não chegará com qualidade sonora ideal até a criança ou jovem com deficiência auditiva dificultando seu desempenho acadêmico e intelectual. (Rel MS, p. 6)

Embora os avanços tecnológicos tenham possibilitado melhores oportunidades de desenvolvimento linguístico dos estudantes com deficiência auditiva, destaca-se que estes ainda não estão consideradas zona de risco para o processo de ensino-aprendizagem, pois em geral devem se engajar em situações de comunicação com seus pares ouvintes e professores, aprender a ler, escrever e ainda apreender conteúdos de disciplinas diversas, antes mesmo de se apropriarem completamente do código linguístico. Desta forma, ambientes ruidosos, com reverberação (eco) e salas numerosas são fatores do meio escolar que dificultam o acesso do estudante com deficiência auditiva aos conteúdos acadêmicos, prejudicando sua inclusão na vida escolar e social. (Rel MS, p. 7)

Este enxerto mencionou sobre os alunos com deficiência auditiva dentro da escola regular, então me parece que na visão do governo, os alunos da escola de surdos não são beneficiados pelo Sistema de FM por usarem a língua de sinais. Também explica sobre o benefício ao usar o FM, pois elimina ruídos possibilitando pleno aprendizado do conteúdo escolar. Lembro das propagandas sobre o implante coclear quando dizem que a criança reconhece seu nome em ambiente ruidoso. Então, pergunto-me sobre os alunos ouvintes, eles conseguem compreender os conteúdos escolares com o ambiente ruidoso? Qual seria a verdade desta questão?

Também me instiga sobre a questão da aparelhagem entre professor e aluno. O professor usa o equipamento para emitir a fala, mas e os outros alunos como colegas, eles ficam banidos das conversas? O aluno, usuário de prótese, não poderá ouvir a fala dos colegas e interagir com eles? Como se daria a interação completa na sala de aula?

Percebo, nos enunciados analisados, que a escola e os professores do AEE devem se preocupar com os alunos surdos no sentido de atuar na alfabetização e letramento, produzir sujeitos surdos capazes de aprender os conteúdos escolares por intermédio da audibilidade e também através da leitura e escrita em Língua Portuguesa. As habilidades cognitivas e linguísticas são privilegiadas e priorizadas para que sejam superadas as dificuldades, a partir de uma intervenção normalizadora. Visualizo docentes atuando para produzir alunos proveitosos, autônomos, caracterizando, assim, a normalização biopolítica, que busca potencializar a vida dos sujeitos.

## 5 CONCLUSÃO AO CONTRÁRIO

Não ousou dizer que cheguei a conclusão desta dissertação, mas o que faço é retomar e discutir algumas coisas influenciadas pelos meus pensamentos como ativista intelectual.

Inicialmente, entendo que o IC tem constituído formas de ser surdo que são determinantes das relações que os sujeitos constroem, entre outros espaços, na escola. Então, retomo para a problemática, a questão desta escrita é: *Quais discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas estão presentes nas políticas de governo da atualidade e como esses discursos produzem processos de normalização do sujeito surdo?*

Este trabalho teve como objetivo geral verificar quais os discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas estão presentes em políticas de governo da atualidade e como esses discursos orientam processos de normalização do sujeito surdo. Para conseguir alcançar o objetivo de olhar para os discursos e problematizá-los, os objetivos específicos me auxiliaram para o prosseguimento da pesquisa e são eles: a) analisar os discursos sobre surdez, surdos e próteses auditivas nas políticas de governo da atualidade; b) analisar os processos de normalização disciplinar e biopolíticas do sujeito surdo implantado e c) problematizar a construção da identidade de sujeitos que usam próteses auditivas (aparelho auricular ou IC) com o sistema de FM.

Procurei mostrar que os discursos contidos nos documentos mobilizam e conduzem os sujeitos aos processos de normalização e que esses processos de normalização produzem novos sujeitos. Em outras palavras, entendo que os discursos que analisei atuam na produção de sujeitos surdos implantados, que não são nem surdos nem ouvintes, que vivem em um espaço de fronteira. Nos processos de construção de identidades há relações, disputas com outros discursos, outros procedimentos, outras soluções para a possibilidade da construção de identidade surda. Retomo as palavras de Andrade (2012), para a qual os discursos estão imbricados em relações de poder e por meio dessas relações produzem-se conhecimentos e saberes que determinados grupos buscam definir como verdadeiros, normais e hegemônicos.

Os discursos foram agrupados em forma de perguntas como: 1) Cumprindo legalmente?; 2) Liberdade de escolha? e 3) Possibilidades de sucesso, para quem? Os discursos presentes nos materiais que analisei assumem efeito de verdade e instituem um modelo de aluno como futuro cidadão, um modelo de sujeito que deve ser alcançado pelas intervenções da governamentalidade neoliberal, pois capacita o considerado deficiente a superar a sua deficiência.

Discursos fabricam a escola, os professores, a equipe, os alunos e a família numa racionalidade biopolítica. É preferível pensar que o efeito de subjetivação não é garantido, definitivo, pois estamos, a todo o momento, em processo e nesse processo acontecem mudanças devido às múltiplas composições, múltiplos discursos em diferentes campos de saber.

Posso dizer também que a produção do sujeito se dá através da linguagem, com o poder discursivo que nomeia, classifica e categoriza. A escola e a clínica são espaços que nomeiam e produzem o sujeito. Os enunciados estão imbricados em relações de poder-saber, ou também, inscritos em certos regimes de verdade. E essas verdades, produzem sentidos e formam sujeitos de determinados tipos.

Percebi que há uma invisibilidade da língua de sinais e da cultura surda nos materiais analisados e também uma responsabilização das famílias pelo insucesso do IC. O que chama a atenção é que na *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* está determinado que os Estados-Partes devem facilitar o uso da língua de sinais e incentivar a cultura surda, inclusive ajudando na formação da identidade linguística da comunidade surda. Isso está previsto Artigo 24 da Convenção, onde lemos: b. Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda. E no Artigo 30:

4. As pessoas com deficiência deverão fazer jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda

Me identifico com as palavras de Rezende, quando esta escreve sobre saberes e processos de normalização:

Os saberes constituídos como campo da medicina, os avanços científicos, as práticas discursivas na lógica da saúde e as práticas normalizadoras sempre tentaram beneficiar os surdos. Quem pode dizer que corrigir e estimular a audição por meio de aparelhos e implantes não é benéfico? Agora a questão da discussão é outra. Na lógica surda, daqueles que militam pelo reconhecimento da surdez como presença do olhar e como um marcador de identidade, a lógica da normalização e da cura não vai ao encontro dos seus

interesses, pois eles não se consideram indivíduos a corrigir. Portanto, as práticas discursivas dos avanços científicos e biotecnológicos não são consideradas benéficas para esses sujeitos surdos. O lugar de onde fala um médico não é o mesmo lugar de onde fala um surdo radical, militante da diferença surda. (REZENDE, 2012, p. 46)

Creio que a educação inclusiva e/ou a subjetividades inclusivas vão produzir modos de ser surdo sem a marca surda, mas isso não é pior nem melhor, simplesmente um jeito novo de viver a experiência da surdez. Eu tenho minhas constatações a respeito do implante e uma forma de criticar as decisões médicas. Penso ser importante que compreendam que também sou surda e usuária de aparelho auditivo, e o que me leva a refletir e a fazer essas análises é que a indústria e os médicos têm feito uma mercantilização de um aparelho, de um procedimento que não é tão eficiente, que não atinge a todos, que não “normaliza”, mas que “robotiza”. Tenho interesse em desdobrar a pesquisa mais adiante, pois tive dificuldade, pelo curto tempo de mestrado, em aprofundar as análises.

Sei que, pela experiência acadêmica, não é fácil fazer tais considerações, apesar de saber também que o discurso produz verdades, saberes, subjetividades, objetos, que dão voz de autoria e que estão implicados em relações de poder-saber, prevalecendo o que pode ser dito e quem, a forma, o tipo, etc. Pretendo, no futuro, verificar os discursos que estão produzindo identidades de crianças que fizeram o implante coclear, discursos que circulam na escola através de pareceres clínicos e escolares, mas esse é um desafio, pois no interior dos processos de escolarização há diferentes práticas discursivas sobre a criança surda.

Volto a lembrar que na escola inclusiva existem vários materiais de orientação oferecidos pelo MEC sobre como atender pessoas com surdez, por um lado o uso do Sistema de FM e por outro, o uso da Libras. Pergunto: o que os professores e a escola farão com a criança implantada na escola? O que ensinaram para os professores sobre a surdez durante a sua formação? Como será construída a identidade dessa criança implantada?

Com as experiências e os conhecimentos adquiridos até aqui, sinto que há muitas coisas a serem pensadas e discutidas na política e/ou educação de surdos. A educação é um espaço produtor de conhecimentos e escolhi a linha de pesquisa dos Estudos Culturais articulados aos estudos foucaultianos por querer entender como se constituem as verdades e processos de significação do sujeito, temas tratados nesse campo e que considero importantes e atuais na educação de surdos. Tenho desejos de construir, em breve, como professora, projetos de parceria entre universidade e hospital para que as crianças surdas, ao invés de crescerem como deficientes auditivas possam crescer como surdas, ou ainda, fazer render a possibilidade de reinventar a normalidade.

Finalizo lembrando uma colocação de Stuart Hall (2011), quando esse trata sobre o efeito da globalização/tecnologia e diz que essa leva a homogeneização das identidades globais e ao mesmo tempo ao fortalecimento de identidades locais/individuais ou à produção de novas identidades.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A Entrevista Narrativa Ressignificada nas Pesquisas Educacionais Pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marluicy Alvez. (Orgs.) **Metodologias de Pesquisas Pós-estruturalistas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

BRASIL. **Viver sem Limite**: Plano Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência. 2011 [on-line]. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/>. Acessado em 10 de Abril de 2013.

\_\_\_\_\_, MEC/SEESP. **Decreto nº 5626/05**. Regulamenta a Lei 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2005 [on-line]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) Acessado em 26 de fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_, MEC/SEESP. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)

\_\_\_\_\_, MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008 [on-line]. Disponível em: [http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf). Acessado em 20 de fevereiro de 2014.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulários de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

COSTA, Marisa Vorraber. Velhos Temas, Novos Problemas: a arte de perguntar em tempos pós-modernos. In: Bujes, Maria Isabel E.; Costa, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos III**: riscos e possibilidade de pesquisar nas fronteiras. Rio de Janeiro. Editora: Dp&a, 2005.

ELERT, Hiltrud. **Corpos em Fronteiras Identitárias**: os implantes cocleares instituindo e ensinando “novas” maneiras de ser ouvinte. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Luterana do Brasil: CANOAS, 2008.

EWALD, François. **Foucault, a Norma e o Direito**. Lisboa: Vega, 1993.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise de Discurso em Educação. In: **Cadernos de Pesquisa**. n. 114, novembro/2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>. Acessado em 17 de fevereiro de 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2002a. Ed 8.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**: curso do Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001. Aula de 22 de Janeiro de 1975.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo. Martins Fontes, 2002b.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território, População**: curso ministrado no Collège de France (1977-1978). Trad. BRANDÃO, Eduardo. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HALL, Stuart. The Work of Representation. In: HALL, Stuart.(Org.). **Representation. Cultural Representations and Signifying Practices**. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Delhi, 1997.

\_\_\_\_\_. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

KRAEMER, Graciele Marjana. **Estratégias de Governo dos Sujeitos Surdos na e para a Inclusão Escolar**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Dissertação [Mestrado em Educação], Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. Inclusão Escolar dos Sujeitos Surdos: uma estratégia de governo que contribui para o funcionamento de uma racionalidade econômica neoliberal. **Revista Espaço: Informativo Técnico-Científico do INES**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 1, Jul/Dez 2011.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p. (Capítulo 1: As primeiras ações e organizações voltadas para as pessoas com deficiência – p.21-29). Disponível em: [http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento\(1\).pdf](http://www.adiron.com.br/site/uploads/File/Movimento(1).pdf). Acessado em 20 de março de 2014.

LOPES, Maura Corcini; Lockman, Kamila; HATGE, Morgana Domênica; KLAUS, Viviane. Inclusão e Biopolítica. **Cadernos IHU Ideias**, ano 8, nº 144. São Leopoldo: Unisinos, 2010.

LOPES, Maura Corcini; THOMA, Adriana da Silva. **Subjetivação, Normalização e Constituição do Éthos Surdo**: investimentos do Estado e paradoxos contemporâneos. No prelo 2014

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **A Maquinaria Escolar na Produção de Subjetividades para uma Sociedade Inclusiva**. São Leopoldo: UNISINOS, 2011. Tese [Doutorado em Educação], Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011.

MORGENSTERN, Juliane Marschall. A Produção de Sujeitos Flexíveis na Esteira da Governamentalidade Neoliberal: discussões curriculares. In: Thoma, Adriana da Silva; Hillesheim, Betina (Org). **Políticas de Inclusão**: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PONTIN, Bianca Ribeiro. **Discursos sobre a Surdez, os Surdos e o Implante Coclear**: análise do manual de informações para os pais de crianças surdas candidatas ao implante. Porto Alegre: UFRGS, 2013. TCCE [Especialização Os Estudos Culturais e os Currículos Escolares Contemporâneos na Educação Básica], Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PORTOCARRERO., V. Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 152 p. **Loucura & Civilização collection**, v.4. ISBN 85-7541-019-9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

\_\_\_\_\_. Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. In: Dossiê Michel Foucault. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, jan./jun. 2004. Disponível em: [http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/portocarrero/portocarrero\\_04.pdf](http://www.pgfil.uerj.br/pdf/publicacoes/portocarrero/portocarrero_04.pdf). Acessado em 18 de fevereiro de 2012.

RECH, Tatiana Luiza A emergência da inclusão escolar no Brasil. In: THOMA, Adriana; HILLESHEIM, Betina. **Políticas de Inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

REZENDE, Patricia Luiza Ferreira. **Implante Coclear: normalização e resistência surda**. Editora CRV. Curitiba, 2012

SILVA, Jaqueline Ahnert Siqueira da. **A Educação da Criança Surda com Implante Coclear: reflexões sobre a família, a clínica e a escola**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo: VITÓRIA, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria Cultural e Educação: um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios culturais não registrados na História (2008)**, Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2008.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil In: **Cadernos de Educação**. | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]: maio/agosto 2010 Disponível em: <http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n36/05.pdf>. Acessado em 20 de março de 2014

THOMA, Adriana da Silva. **O Cinema e a Flutuação das Representações Surdas** – “Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...” Porto Alegre: UFRGS/FACED, 2002. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Educação/ Faculdade de Educação/UFRGS, 2002.

TRAVERSINI, Clarice Salete; BELLO, Samuel Edmundo Lopez. O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar. In: **Educação & Realidade**. v. 34, n.2, maio/agosto 2009. p. 135-152. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8267>

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e os Estudos Culturais. In: COSTA, Marisa (Org). **Estudos Culturais em Educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...** Porto Alegre: 2 Ed., Editora UFRGS, 2004